

Suplemento Cultural

N.º 19

revista paulista de medicina

Aos Mestres - Amigos
Ernesto Leme
Pedro Chaves
Vicente Marotta Rangel
Impertérritos Defensores
das Liberdades do Homem

Líbero Badaró e a Medicina

Dr. Duflío Crispim Farina

As tradições familiares, o progenitor escultor, o humanismo transcendente do meio em que se educou marcaram fundo o cerne, os desígnios, a formação de João Batista Badaró, desde os primeiros dias de sua radiosa juventude. Em Laigueglia, na Riviera das Flores, na Ligúria, a meio caminho de Gênova, após São Remo, ainda hoje, entre palmeiras tropicais, na casa natal, biblioteca esplendorosa enfileira os tomos expressivos de um momento de alta cultura.

O pai, Dr. Andréa Badaró, médico reputado, gozava de largo conceito, justo prestígio, como cidadão distinto e prestante à coletividade, e pelas convicções liberais. Mais de uma vez foi levado a desempenhar cargos públicos na República Ligure.

Estudiosos exemplares (Nicolau Duarte Silva, Pedro Brasil Bandecchi, Augusto Goeta, Argimiro da Silveira) registraram os passos de suas jornadas estudantis: curso secundário no Real Colégio de Gênova; freqüência às aulas de medicina na Universidade de Pávia; ouvinte das preleções do douto Antonio Bertoloni, lente de Botânica na cátedra de Bolonha; e estudos na Universidade de Turim, onde conquistou, aos 4 de agosto de 1825, a láurea de médico e cirurgião.

Duarte e Silva enfatizou ter obtido o doutorado em Pávia, confirmando-o em Turim, e finalmente revalidando-o ao chegar ao Brasil, no Rio de Janeiro.

A escola de Pávia, fundada em 1361, pelo imperador Carlos IV, teve inícios, com respeito, como cultura do direito romano, sendo por certo período essa fama transferida para Piacenza.

Em 1387, enriqueceu-se com uma cadeira de Física e Astronomia. No ano de 1400, chama Manuel Chrisoloras para lecionar grego e reúne em 1431 Lourenço Valla, o jurista e humanista Maffeo Vegio e Antonio Beccadelli, dito o Panor-

mita. Teodoro de Gaza, Aurísipa, Gaspar de Boezizza sucedem-se nas cátedras onde mais tarde o averroista Jerônimo Cardan (e também grande algebrista) vai iniciar o ensino das matérias médicas.

Na época do jovem Badaró, a península itálica, dividida em reinos, ducados e outros feudos, tem no Lombardo-Veneto três universidades destacadas: Bolonha, Pádua e Pávia. A de Turim, no Piemonte, realça um tempo, dias de investigação e ciência. Delas tinha partido uma pléiade de cirurgiões exímios, componentes do Corpo do Exército italiano,

sob e égide de Bonaparte, destruído quase totalmente em 1813 nas estepes russas. Entre eles Assalini, Ristori, Rima, Omodei, Botta, Isnardi, Palazzini, De Filippi, responsáveis pelo implantar de nova assistência médico-hospitalar, em campanha, verdadeiros estruturadores, com os franceses Picqué, Roussin Villemain, Larrey e Corvisart, da Medicina Militar. Desenvolveram as técnicas e as práticas cirúrgicas e elevaram os conhecimentos de seus dias. Os itálicos sedimentam em Pávia, Turim, Pádua e outros centros uma nova cirurgia, que



O jornalista
italiano
Líbero Badaró

será abeberada por Lsbero Badaró em sua passagem pelos bancos universitários e no célebre hospital sediado na Cartuxa de Pávia.

Bolonha já, desde a Idade Média, fora a metrópole do Direito e a história de sua Universidade tem sido também a ciência da civilização ocidental: "um senso ideal de sabedoria cívica se entrosava ao ensino".

O emérito mestre Alfonso Bovero, da escola de Turim, estruturador do ensino da Anatomia e da ciência sistematizada, na Casa de Arnaldo, Faculdade de Medicina de São Paulo, soube exaltar, de forma escurrita, as matrizes intelectuais e científicas de Pávia, Bolonha e Turim, primordiais na formação médica de Lsbero Badaró.

Ao relembrar Malpighi e Morgagni, ao reverenciar saudoso, em 1926, o recém-desaparecido Golgi, evidenciou as qualidades da pesquisa, labor e pertinácia dessas escolas, já nos dias de Badaró, e que iriam eclodir com vultos de destaque, nos decênios vindouros.

Em Pávia: Giulio Bizzozzero; Camilo Golgi, Tartuferi, Mondino, Sala, Monti, Martinotti, Marengi e Negri, este último descobridor dos corpúsculos que tomaram seu nome e que tanta importância levam ao diagnóstico anatômico da raiva. A legião é imensa: Mantegazza, Oehl, Tommasi, Rolando (mestre da anatomia do cérebro), Marchi, Donnaggio, etc., etc.

Turim terá Moleschott, Romeu Fusari, Carlos Giacomini e Rufini. Bolonha, com o exponencial Luigi Galvani e seus notórios estudos no campo da eletricidade animal. Sua primeira publicação "De viribus electricitatis in motu musculari commentarius", feita em 1791, encontrava-o ainda a professar aos discípulos. E a justificar a vocação da cidade pelo ensino, vocação proclamada até nas inscrições de suas moedas ("Bononia mater studiorum, Bononia docet"), a sapiente Bolonha teve Pico de Mirandola, Ulisses Aldrovandri, Cardaro, Malpighi, Marsili e, neste século, Augusto Murri, amado e respeitado pelo nosso inesquecível Aluísio de Castro.

"Desde a pia batismal o Dr. Badaró foi consignado por seu pai à liberdade: tal é a significação do nome Lsbero que este lhe pôs no tempo em que a liberdade raiava no horizonte de sua pátria". Tempos de Leopardi, Foscolo, Sívio Pellico e Eleonora Pimentel, e de tantos outros, mais de uma vez mártires da afronta invasora alienígena.

Ao lado da medicina e da Botânica, será a liberdade o norte, o pendão a guiá-lo e, com tantos exemplos, lições e testemunhos, dedicou-se, em influências definitivas e modelares, a vários ramos das ciências naturais, com predileções pelo estudo "dos entes vegetativos que de contínuo renovam a face da Terra,

sendo hum dos mais bellos e amenos espectáculos, que nos apresenta a natureza, hum vastíssimo campo, em que os olhos de hum attento observador encontram a cada passo maravilhas sem número variadas, objetos de profundas meditações, que engrandecem o espírito, e o elevam athé á firme persuasam de hum Deos, Autor do Universo".

As palavras do prólogo do "Compêndio de Botânica", de Felix Avellar Brotero, edição 1ª, de Paris, em 1788, dizem de sentimentos que seguramente despertaram em Badaró as mesmas emoções ao estudar as lições contidas na natureza.

Catalogou espécies de variedades, que inclusive ilustrou, nas suas excursões frequentes às montanhas do Piemonte, Ligúria e Sardenha. Alguns fascículos que publicou a esse respeito, na fala saborosa de um biógrafo, "andaram pelas primeiras mãos dos primeiros sábios da Europa", e o nome de Badaró apareceu citado pelo grande De Candolle em sua "Storia della scienza e degli scienziati durante gli ultimi due secoli". O sábio Flourens, da Academia Francesa, e Secretário Perpétuo do Instituto de França, recordou-o encomiasticamente em seu "Recueil des Éloges historiques". Pierre Larousse também muito apreciou seus ensaios "Flore de la Ligurie et de la Sardaigne" e as "Observations sur les parties les plus remarquables des fleurs pour la classification botanique".

Duarte e Silva, incansável pesquisador dos fastos e da obra do jornalista morto em defesa da liberdade da imprensa, arrolou na Bibliografia Badaróana quatro de seus trabalhos, com as datas de publicação e fontes de divulgação:

1) "Una lettera sull importanza di alcune parte del fiore pel classificatore botanico" (3 - 2- 1822);

2) "Osservazione sopra diverse piante della Liguria Occidentale e della Sardegna" (setembro 1824);

3) "Plantarum Liguriaie Occidentalis centuriae" (fevereiro 1826).

Em antiga e autorizada publicação francesa, encontrou a confirmação de quatro dos referidos títulos, três deles traduzidos, e a curiosa informação de que lhe serviria de fonte o "Journal physico-chimique de Pavie";

1) "Observations sur les parties les plus remarquables des fleurs pour leur classification botanique" (*Journal physico-chimique de Pavie*);

2) "Observations sur differents plants de la Ligurie occidentale et de la Sardaigne" (mesmo jornal);

3) "Sur una espèce de brassica que se trouve sur les apenins maritimes de Ligurie";

4) "Plantarum Liguriaie occidentalis centuriae decem" (in *Flora Italica*, de Moretti).

Espírito atilado, investigador sério, pertinaz, conhecedor da metodologia em pesquisa científica e dos cânones da Higiene Pública, entusiasta da Zoologia, Botânica e suas aplicações médicas, imprimia em tudo sua marcante personalidade e conhecimentos hauridos em amplas fontes da Europa.

Breve e fugaz passagem, vinculação profunda e eterna às nossas causas e aos nossos problemas.

Embebido da chama, da paixão libertária, e das idéias das confrarias emancipadoras do homem, em seus direitos fundamentais, chega ao Império brasileiro.

Alto, magro, fronte bastante larga, feições bem pronunciadas, "inundavalle o rosto a palidez, a chamada cor do dos grandes homens".

Com exação, minudência e ênfase, seus biógrafos anteriormente enumerados acompanharam suas passadas de gigante na antiga Capital do Império, em São Paulo, nas Arcadas Franciscanas, em proselitismo de afirmações liberais, no culto do primado das causas do espírito e da inteligência.

Fixaremos alguns aspectos de sua ação como médico capaz, altruísta, consciente das responsabilidades de sua posição social, cioso de nobreza de sua missão na sociedade de então.

Ao prestar provas de licença para o exercício da medicina (1828) deve ter encontrado na velha Corte, em bancas de examinação, ou conversações empáticas de ciência e saber, mais de um renomado facultativo da época: Joaquim Cândido Soares de Meirelles, João Martins da Cruz Jobim, Luís Vicente de Simoni (seu patrício), José Francisco Xavier Sigaud, J.M. Faivre, aqueles que em 28 de maio de 1829 lançam os fundamentos da futura Academia Imperial de Medicina.

Partiu da Guanabara para o planalto de Piratininga aos 5 de maio de 1828, por via marítima, e, a convite, vai hospedar-se na morada do deputado Dr. José da Costa Carvalho, figura ímpar da sociedade brasileira, senhor de grande fortuna e fundador de "O Farol Paulistano", primeiro jornal aqui a circular, aos 7 de fevereiro de 1827.

No Rio de Janeiro, logo viu-se envolvido pelo mistério da terra e suas paisagens, com seus sortilégios e variegadas cambiantes.

Os olores, as fragrâncias da mata nativa, os ipês, os toucados das palmeiras, os quaresmas, as umbaúbas, as mil e uma variantes de uma flora opulenta impelem-no a coletar espécimes para um rico herbanário.

Surgem estudos sobre a família das trepadeiras (convulvos) e dos fetos (*criptogamicos foliaceos*), acompanhados de desenhos de muitas espécies florais, todos a somarem um rico manancial de

opulência botânica, com estudos profundos e descrições pertinentes.

Pretendia elaborar completas monografias, em seguimentos às que já elaborara em sua terra de nascimento.

No novo meio sustentava-se o jovem médico com o que lhe rendia a prática de sua profissão, recomendando-se especialmente como "distinto operador e parteiro". Teve boa clientela por ser farto o campo para os iniciados na arte obstétrica, já que escasseavam físicos e cirurgiões habilitados. Estevão Leão Bourroul deixou insertos tópicos em seu "Hercules Florence", em que aponta sua amizade com o boticário Lúcio Manoel Félix dos Santos Campelo, morador no largo da Memória, homem instruído e abonado, e que presenciou os seus derraideiros momentos.

A botânica, base da farmacologia, abrirá novas dimensões terapêuticas. Naturalistas e viandantes por aqui colhem exemplares para o estudo e confecção de preciosos herbanários, enviados a Viena d'Austria, S. Petersburgo, França, Londres e Alemanha. Jornadeiam, em seus dias de morada em São Paulo, de forma quase intermínua, Spix, Martius, o príncipe de Taxis, o Conde de Wrba e o de Palfy, Augusto de Saint Hilaire e muitos mais. Novas plantas, novas drogas vão se incorporar às prateleiras da arte galênica, de uma farmacopéia até então incipiente.

Continuou seus trabalhos de história natural, em andanças demoradas, nas cercanias do burgo de Anchieta. O naturalista alemão Frederico Sellow participou dessas incursões propiciadoras da colheita de farto material e acabou por elaborar um tratado sobre a flora brasileira, incluindo observações realizadas no Rio Grande do Sul.

Em 24 de março de 1830, o Marquês de Caravelas, do Palácio do Rio de Janeiro, escrevia ao presidente José Carlos Pereira d'Almeida Torres: "tendo sido entregues ao Museo Imperial e Nacional desta Corte 7 caixões e 3 embrulhos com Produtos Naturais que dessa cidade (São Paulo) enviou o Naturalista Frederico Sellow, como recomendou no seu ofício de 20 de janeiro do corrente ano, assim o participo a V. Exa. para que o faça constar ao referido naturalista".

São Paulo, em 1822, tinha uma figura de escol, o físico-mor Justiniano de Melo Franco, formado na Universidade de Goettingen, Alemanha, diretor do Hospital Militar, Inspetor Geral da Vacinação e médico da Santa Casa de Misericórdia da Chácara dos Ingleses, na Glória, membro da Academia Real das Ciências de Lisboa e autor de numerosas monografias, entre elas a "Memória sobre a Vacinação na Província de São Paulo, desde o ano de 1819 até 1826", dedicada ao Visconde de Congonhas do

Campo (Lucas Antonio Monteiro de Barros). Uma provisão do Príncipe-Regente, expedida em 28 de julho de 1821, conferiu-lhe por nomeação o título de Juiz Delegado Comissário de Físico-mor do Reino, em São Paulo.

Afonso Arinos de Melo Franco affiança ter Justiniano assistido aos últimos momentos do professor alemão Júlio Frank, ilustre defensor da liberdade de pensamento, cuja ação até hoje se faz sentir na tradição acadêmica, e ainda que "foi em sua casa que se asilou, em 1830, o jornalista Líbero Badaró, grande símbolo do liberalismo oprimido.

Possuidores das virtudes e conhecimentos da Medicina mais atualizada, formados na Europa, e com largo tirocínio, na Alemanha, Portugal e Itália, Justiniano e Badaró, com certeza, possuíam afinidades intelectuais. Melo Franco, a instâncias do capitão-general Oeynhausen e Gravenburgo, futuro marquês de Aracati, chegou à Província de São Paulo a fim de conceber, e o fez em 1819, o plano do Instituto Antivariólico. José Gonçalves Gomide e Octaviano Muzzi, em 1820, tiveram seus nomes ligados à aplicação pioneira da vacina antivariólica em nosso meio.

O médico João Batista Líbero Badaró, neste burgo, foi pioneiro da vacinação antivariólica. Um mês antes de sua morte, o grande liberal dirigiu-se à Câmara Municipal nestes termos:

"Ilmos. Srs. Persuadido da grande filantropia e do alto zelo com que vossas senhorias querem cumprir o seu Regimento, persuadido de que os prejuízos do vulgo cessam em face de uma autoridade paternal e tão respeitável como a da Câmara Municipal, tenho a honra de remeter a vossas senhorias dezenas de lâminas de ótimo pus vacínico, por mim coligido nesta cidade a fim de que vossas senhorias as façam distribuir pelas diferentes vilas, que mais necessitarem. Pode a Câmara contar que eu não me descuidarei, e continuarei a colocação do pus, portanto, se porventura precisar para futuro ainda algumas lâminas, terei a honra de lhas apresentar. São Paulo, 21 de outubro de 1830".

A Câmara Municipal acusou em ofício de 23 de outubro de 1830 a oferta de material para vacinação, enviado por Badaró:

"Agradecendo as 19 lâminas de excelente pus vacínico que V.Sa., generosamente, oferece para serem distribuídas, pelas diferentes vilas; tão interessante envio é prova a mais do seu zelo pelo bem da humanidade; aceitamos desde já a promessa de que V.Sa. faz de continuar a fornecer pus quando seja preciso".

Assinavam a missiva Joaquim Antonio Alves Alvim, presidente, e José Xavier de Azevedo Marques, secretário.

Nesses dias era ainda de rotina a prática das inumações nos terrenos dos templos e conventos. O cemitério da Consolação somente foi aberto em 1858. Líbero Badaró fez parte de uma comissão escolhida em 1829, para estudar o importante problema urbano dos cemitérios. Dois ofícios da época permitem-nos sentir a marcha dos estudos:

1) Ao Dr. Justiniano de Melo Franco — Em consequência de uma exposição que S. Excia. o Sr. Bispo Diocesano houve por bem transmitir a esta Câmara Municipal a respeito da mudança dos cemitérios para longe das povoações e fora do recinto dos templos, resolveu a mesma Câmara, a fim de se tomarem as necessárias medidas, que se exigisse de facultativos e físicos hábeis a indicação de um lugar ou lugares mais favoráveis, e que ao mesmo tempo menos sujeitos a conservar o ar mofético, e mais apropriados por sua natureza a consumir prontamente os corpos, para neles se formar um ou mais cemitérios dentro deste Município. É portanto que confiado na filantropia, patriotismo e abalizados conhecimentos de V. Sa. a Câmara espera que, de acordo com o Dr. Baptista Badaró, e cirurgião-mor Cândido Gonçalves Gomide, queira com a brevidade possível apresentar por escrito a mencionada indicação. Deus guarde a V.Sa. Paço da Câmara em São Paulo, 14 de setembro de 1829.

2) "Ao Dr. Sr. João Baptista Badaró — Constando achar-se já nesta cidade o Dr. Justiniano de Melo Franco, cuja ausência de certo motivou a demora do parecer que por duas vezes foi pedido por esta Câmara Municipal à comissão de que V. Sa. é digno membro sobre o lugar ou lugares mais apropriados para a fundação dos cemitérios fora da cidade, novamente a mesma Câmara solicita com instância o referido parecer sem o qual não pode o Marechal Müller dar a planta que prometeu. O que espera do seu reconhecido zelo pelo bem público. Deus guarde a Vossa Senhora". Os enterramentos nas igrejas sempre mereceram reprovação do governo, por ser isso prejudicial à saúde pública.

Em 14 de abril de 1826, o Barão de Congonhas do Campo, presidente da Província, remetia à Câmara Municipal da Vila de Santos uma representação do Dr. Físico-Mor Justiniano de Melo Franco — "a fim de que ouvisse, em vereança geral, a todos os cidadãos que costumam andar na governança sobre o lugar mais próprio para ser erigido o cemitério que indispensavelmente deve ser feito".

"Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor. Tendo-me o governador da Praça de Santos dirigido hum ofício na data de 30 de março do corrente ano que inclusive remeto a V. Exa. no qual me recomendava examinasse o prejudicial costume de

se enterrarem os corpos da maior parte dos que morrem na vila, no pátio da matriz a rua do Quartel contíguo à mesma igreja; e desejando eu em uma cousa tão atendível para a saúde destes povos proceder com acerto e exatidão convoquei os cirurgiões mores do Hospital Militar Salvador Machado de Oliveira e João Baptista de Oliveira, para que no dia 31 de março fossem comigo fazer o solicitado exame, ao qual tendo procedido se achou o seguinte”.

O longo ofício enumerava as conclusões: “estar bem no centro da povoação o pátio onde se enterrão os corpos; o terreno de arenito mui pouco sólido para abrir as sepulturas; os porcos e cães com facilidade cavam o pouco compacto terreno, desenterrando corpos sepultados; o mau cheiro que exala dos sepulcros, obrigando “os moradores a cerrar por longo tempo as suas portas e janelas; terras mal socadas, com frestas e fendas; ossos humanos amontoados na superfície da terra”, tão frescos que a eles estavam pegados pedaços de tendões e ligamentos”.

Ao dar cores negras ao encontrado, recordava que “sem dúvida alguma febres de mau carácter e as câmaras de sangue que todos os anos levam naquela vila tantos indivíduos às sepulturas, tem grande parte de sua origem nesta pestifera exalação que continuamente se desenvolve de um grande número de cadáveres que estão apodrecendo quase à superfície da terra e no meio da povoação”. E “em vista das pias e paternas, vistas do chefe de governo, terminaria Justiniano M. Franco o arrazoado, expressando a esperança dos moradores da vila das providências e os meios de os livrar de tão prejudicial abuso, mandando que não se enterre mais ninguém dentro da vila, mas sim em um cemitério, convenientemente distante, bem situado e que para isso se erija”.

Em 20 de outubro de 1845, o vice-presidente da Província de São Paulo dirige-se à Câmara Municipal da capital, em ofício, para que leve em consideração o trecho do ofício da Comissão Sanitária relativo “à conveniência de se proibir desde já, os enterramentos nas igrejas do recinto desta cidade, como são — Misericórdia, Rosário e Boa Morte”.

Dos autos da devassa “ex-officio”, após o interrogatório do Dr. Badaró, moribundo, pelo Juiz José da Silva Merciana, pode-se ler o relatório da necropsia, parte do ofício de 22 de novembro de 1830:

“Presentes os doutores Físicos-mores das Tropas Justiniano de Melo Franco; Joaquim Antonio Pinto; Francisco Alves Machado de Vasconcelos; Dr. Luís Napoleão de La Plane (francês); João Manoel Lopes de Carvalho Pimentel, deu-se princípio à autópsia cadavérica;

acharam uma fenda combusta situada na parte lateral direita da região hipogástrica, quasi no fim do músculo piramidal do mesmo lado, tendo três linhas de diâmetro externo, e de profundidade tal que o quarto de bala foi encontrado na parte anterior e lateral esquerda do osso sacro, por onde se viu que aquele corpo estranho atravessou o abdômem da parte anterior à posterior, não ferindo em seu trajeto senão levemente o intestino cólon, porém dividindo um ramo da ilíaca do que se seguiu a morte em consequência da hemorragia interna... Este ferimento produziu no estado fisiológico do paciente um estrago tão eminente que nos primeiros momentos de tal acontecimento logo se apresentaram traços gerais de mortalidade que bem faziam conhecer pelo rosto hipocrático, respiração anelante, que o termo de vida seria o resultado de tal desastre”.

Aos 2 de julho de 1825, um “parque de peças de artilharia”, de propriedade de Arouche Rendon, em solenidade festiva, atroava, inaugurando a Misericórdia da Glória, na Chácara dos Ingleses, que fora de Radmaker. Vinha da rua Direita, junto à Igreja da Misericórdia, e iniciava trajetória de caridade e benemerência. Por cinco lustros, no dizer de Afonso de Freitas, sentiu o queixume de todas as dores e abrigou as desventuras humanas que se iam confortar sob a égide caridosa e filantrópica de Irmandade da Misericórdia. Mais tarde “deu guarida à república de estudantes e assistiu o desenrolar de todas as loucuras germinadas pelo cérebro incandescente de um grande poeta e as primeiras manifestações de misantropismo doentio de outro desvalorado cultor das musas e notável romanista”. Era a república dos incorrigíveis boêmios, que foram Álvares de Azevedo, Bernardo Guimarães e Aureliano Lessa.

Em 21 de janeiro de 1826, o então Barão de Congonhas do Campo, Lucas Monteiro de Barros, despachava: “havendo-se oferecido o doutor Físico-mor Justiniano de Melo Franco para concorrer com os seus conhecimentos a bem do curativo dos enfermos do Hospital da Caridade, e sendo dignos de todo o louvor os sentimentos filantrópicos que o animão: o Presidente desta Província, aceitando o seu oferecimento, conta que o desempenhará satisfatoriamente. Palácio do Governo de São Paulo” (in Arquivo do Estado).

O despacho comprova a colaboração e as atividades de Justiniano como facultativo da Santa Casa da Chácara dos Ingleses, na Glória.

Acreditamos que também Badaró lá prestou serviços ao desvalido e ao carente de afeto e cuidados.

O coronel Carlos d’Oliva, figura de prol e de muito respeito na sociedade d’antanho, Comandante das Armas, por

ocasião do atentado e morte de Líbero Badaró, alarmado com a revolta popular, a exigir pronto e exemplar castigo dos indigitados criminosos, pediu ao Bispo-Governador D. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade providências “para lhe franquear as munições de guerra, armamentos, peças de artilharia, e mais objetos que podem repentinamente ser necessários”.

O desembargador Cândido Ladislau Japiassu, preso em São Paulo, logo após a morte de Líbero Badaró, e remetido para o Rio de Janeiro, foi processado e absolvido pelo Tribunal de Relação, em 18 de junho de 1831. Henrique Stock e João Nicolau, presos no dia 21 de novembro de 1830, só foram postos em liberdade em julho de 1833. Badaró, vítima dos absolutistas, “foi a primeira vítima cruenta do jornalismo liberal no Brasil, talvez de todo o jornalismo”.

Cândido Ladislau Japiassu de Figueiredo e Melo nasceu em Salvador, Bahia, em 1799, e na mesma cidade faleceu a 17 de agosto de 1861. Diplomado em direito civil pela Universidade de Coimbra e doutor em medicina pela faculdade da cidade natal. Abraçou a carreira da magistratura, tendo servido em Porto Alegre, São Paulo e Bahia — nas duas primeiras cidades como juiz e na última como desembargador. Colaborou em “O Século” (Bahia 1848-51), do qual foi redator, em substituição ao fundador daquele jornal, Dr. João José Barbosa de Oliveira, pai de Rui Barbosa.

No setor da medicina, Japiassu redigiu uma “Memória sobre a febre amarela”, trabalho para defesa de tese que procedeu à colação de grau de Doutor em Ciências Médicas em 1852, na Bahia. Ainda escreveu “A febre amarela no Brasil”, que Sacramento Blake informa ter sido publicada nos *Anais Brasilienses de Medicina*, tomo 99.

Curioso é o informe de Egas de que já em Porto Alegre “espalhou-se na cidade baixa que o juiz de fora mandara atirar o coronel Manuel da Silva Freire, alta noite, quando se recolhia à sua chácara”. Sua fama de mandante de atentados corria por esses mundos de Deus... No sul, “amigos de Japiassu recomendaram-lhe cautela, pois que sua vida corria perigo...” E de lá, com passagem pela corte, foi nomeado para a ouvidoria de São Paulo. Querem alguns autores que, nos últimos tempos de sua vida, teria sido médico, isto é, teria clinicado na Bahia.

Professor de Geometria no Curso Anexo da Academia de Direito, Médico, Cirurgião e Obstetra, Botânico, homem de prol e sabença a contribuir para a Higiene Pública e um melhor nível sanitário do velho burgo, por isto e mais aquilo, deixou também na ciência, na arte hipocrática, na higiene, na botânica,

nesta terra bandeirante, o eco de suas passadas e o recender de seu desprendimento e renúncia. Sabedoria e amor ao próximo. Liberdade e justiça. Líbero Badaró...

BIBLIOGRAFIA

- A. CASARINI – Storia della Medicina Militare – Milano-Roma, 1943.
- A. STRUC, PIERRE – Essai sur Jean-Baptiste Morgagni – Paris 1950. Editorial Hippocrate.
- BOVERO, ALFONSO – Camillo Golgi – São Paulo 1928 – Casa Mayença.
- GOETA, AUGUSTO – Líbero Badaró – São Paulo, 1944.
- LOUREIRO, MARIA AMÉLIA SALGADO – História das Universidades – São Paulo s/d.
- DUARTE SILVA, NICOLAU – Líbero Badaró (1798-1830) – nº 36, ano 3, outubro 1978 – Unidade, órgão oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo.
- DUARTE SILVA, NICOLAU – Líbero Badaró, Contribuição para a sua biografia – Rev. Ind. Hist. Geg. São Paulo 1930 – XXVIII.
- FARINA, DUÍLIO CRISPIM – Líbero Badaró, em Vultos da Medicina Brasileira, de Carlos da Silva Lacaz, 1977.
- FARINA, DUÍLIO CRISPIM – O Físico-Mor Justiniano de Melo Franco (notas para uma biografia) Suplemento Cultural nº 5 da Revista Paulista de Medicina.
- FARINA, DUÍLIO CRISPIM – Líbero Badaró, paladino da liberdade em Suplemento Cultural d'O Estado de São Paulo nº 68 – 5/2/78.

Alípio Corrêa Netto

Dr. Lufs Oriente

Diretor clínico da Misericórdia Paulistana

Prezado Prof. Alípio, admirável mestre! Por várias vezes ao longo de 40 e poucos anos – desde que, com a turma de quartanistas de 1937, fui seu aluno, coube-me a honra de saudá-lo, em circunstâncias diversas. E, felizmente, não constitui esta uma tarefa difícil. Por isso que são incontáveis as facetas ou aspectos da vida e da obra do admirável mestre que hoje comemora 85 anos de uma vida tão útil quanto formosa e tão digna quanto gloriosa! Senhores – para enaltecer a glória de Portugal – como todos o sabem – o genial Camões inicia o canto primeiro de “Luziada” escrevendo: “A tua glória e dos teus feitos espalharei por toda a parte, se para tanto me ajudarem o engenho e a arte”. Entendo assim, embora dos mais incompetentes para fazê-lo, que pintando em rápidas pinceladas, ou melhor, recordando, com palavras singelas e não rebuscadas, alguns dos inúmeros feitos do admirável mestre, o estaremos homenageando nesta data tão cara a todos nós!

Relembrando agora que neste mesmo andar, deste bloco da Santa Casa, onde se instalava outrora a 1ª Clínica Cirúrgica da Faculdade de Medicina da USP, vejo bem nas minhas retinas o cenário de então e ouço ainda o tema da primeira aula do mestre à minha turma de 1937, dois anos após sua brilhante conquista da cátedra, de Professor Titular dessa Clínica Cirúrgica, com apenas 36 anos de idade e após renhido e concorrido concurso público! E, para nós, foi encantador ouvir do mestre, com a simplicidade e a clareza que sempre o caracterizaram, uma aula magistral sobre “Equilíbrio Hidreletrolítico” exposta

de maneira simples e atraente, tão diferente das duras aulas de muitas cadeiras básicas da Faculdade!

Depois, no mesmo curso do 4º ano, através de tantas aulas e discussão de casos em torno dos leitões dos doentes, ensinando-nos a palpar com perfeição o abdome, sobretudo a palpação profunda e deslizante, tema principal do seu famoso “Manual de Propedêutica do Abdome”, publicado em 1935, com a colaboração de outro notável mestre de clínica, Prof. Jairo Ramos. Em seguida, através de trabalhos científicos memoráveis, publicados até no estrangeiro e relativos ao megaeosfago e megacolo, mostrou a exata etiopatogenia por todos hoje conhecida e aceita. Em trabalho paciente, minucioso, no qual a argúcia e a tenacidade o premiaram e, tal como um “Sherlock” da Medicina, demonstrou o verdadeiro diagnóstico que vitimou o célebre escultor patricio – O Aleijadinho. Este falecera de trombaeíte obliterante e não de lepra, como se afirmava... Coube também ao mestre publicar entre nós os primeiros trabalhos sobre cirurgia torácica, quando fazia, com habilidade ímpar, as célebres toracoplastias para curar a tuberculose pulmonar! Tantos foram os seus trabalhos de pesquisa e pioneirismo, que todos nos ufaná-vamos em possuí-lo como mestre, admirando-lhe o gênio e o caráter extraordinário, sempre demonstrando sua característica bondosa e sua inata simplicidade, sede de sabedoria e que são inerentes aos homens geniais e predestinados!

Não iremos, é evidente, nesta rápida saudação, repetir todos os seus feitos ou toda sua vasta vida científica e literária! Cumpre-nos, no entanto, citá-las aos mais jovens, aos quais não basta dar aulas de técnica ou clínica cirúrgica, mas também ensinamentos de humanidade e de bondade, como as que haurimos do admirável mestre!

Pesquisador inato e operador seguro, foi na cirurgia o mestre que não vemos mais hoje – ou seja, o cirurgião completo, operando tudo muito bem – desde afecções do pescoço, do tórax, do abdome e, neste, afecções da região genital ou do aparelho urinário, além de praticar, com exímia perícia, cirurgia vascular periférica. Era o cirurgião perfeito! E formou especialistas em todos os Departamentos orgânicos e entre tantos destacando-se o valoroso Zerbini, que realizou, como todos sabem, o primeiro transplante cardíaco no Hospital das Clínicas, o primeiro no País e que tanto elevou no conceito internacional a escola cirúrgica de São Paulo e do Brasil!

Entretanto, de Alípio Corrêa Netto não se deve falar apenas como de um mestre e formador de mestres! Sua atividade científica culminou com a publicação do grande tratado de Clínica Cirúrgica, que, contando com a colaboração de quase todos os seus discípulos, foi editado e reeditado muitas vezes e lido, hoje, por todos estudiosos e estudantes do País. Ainda na vigência de sua cátedra na USP e na Escola Paulista de Medicina, Alípio Corrêa Netto, exercendo atividades políficas, teve destacada atuação na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, onde, como deputado, teve oportunidade de resolver problemas

de grande interesse para a coletividade, cuja discrepância em vários níveis sociais sempre combateu com arrojo, e onde também propugnou pela defesa de muitos direitos da classe médica. Refere Paulo Duarte, notável jornalista e um dos biógrafos de seus livros, que Alípio, comentando, certa feita, a famosa frase de Miguel Pereira — “O Brasil é um imenso Hospital” — acrescentou entre irônico e sarcástico: “Sim, imenso Hospital... porém sem leitos”.

Lutou também, o insigne mestre dos mestres, na organização da Cidade Universitária de São Paulo, quando ocupou o cargo de reitor da USP.

Ao deixar a cátedra de duas Faculdades, devido à lei das aposentadorias, e quando todos imaginávamos que essa luz extraordinária iria pouco a pouco se extinguir, eis que reaparece à cena, não tanto como artista dos vários palcos científicos em que brilhou em São Paulo: Santa Casa, Hospital das Clínicas, Escola Paulista de Medicina, Hospital Santa Rita... mas de novo a atuar há 12 ou 13 anos, nesta velha mas sempre nova e querida Misericórdia de São Paulo!

Excedeu-se também a si mesmo, e brilhantemente, como médico-escritor!

E aí estão valiosas obras como “O Diário de Guerra”, “Um Mestre da Cirurgia”, em que escreve de maneira enternecedora a biografia daquele que foi seu mestre e orientador, Prof. João Alves de Lima. Pouco depois, publica o livro-romance “Um ponto no infinito”. Esta obra científico-literária mostra, a um tempo, três aspectos: seu indiscutível pendor pelas letras, seu conhecimento preciso da técnica de transplante cardíaco, nos seus mínimos detalhes, e também faz antever aspectos de sua autobiografia. No romance, o

mestre exalta o grande feito do Prof. “Severini” (Zerbini) e mostrava-se a si mesmo, coisa rara, como o Prof. Otten Grei, que em sua saudação, durante homenagem ao Prof. “Severini”, refere que ele havia sido o mestre do cirurgião cardíaco, desde os bancos acadêmicos. Por fim relata os feitos heróicos dos Pracinhos da gloriosa FEB na última guerra, quando ele, major-médico e chefe do setor de saúde e do Hospital de guerra, assombrou os cirurgiões norte-americanos pela perícia e pelo denodo de suas arrojadas cirurgias, de até 8 a 10 horas de duração! Esta obra científico-literária revela o caráter científico e humano do escritor e mestre de cirurgia! Poderia até servir de tema a uma novela, ao levar o leitor às culminâncias do que poderia acontecer quando um ser, trabalhador, abriga no seu peito gigantesco o coração de um aristocrata. E imagine-se as mutações psíquicas e psicológicas dos protagonistas...

Agora, como um velho guerreiro que jamais envelhece ou ensarilha as armas, o mestre admirável está, há 12 ou 13 anos, de novo neste velho palco da vida e da ciência onde, de fato, iniciou sua arte cirúrgica! E todas as quintas-feiras, faça sol ou chuva, é o primeiro a chegar e sempre pronto a ensinar e sempre a dar exemplos. Agora que, em rápidas penadas, descrevemos alguns aspectos de sua exuberante vida científica e literária, vamos concluir exaltando uma vez mais — o que nunca será demasiado — sua imaginação, sua inteligência e seu idealismo sem par, entre as tantas qualidades excepcionais deste mestre que parece sempre estar a rejuvenescer, à medida que os anos correm! Alípio Corrêa

Netto não envelheceu pois! E desde que o conhecemos, foi sempre igual a si mesmo! Sempre elevado, sempre grande como artista, como escritor, como crítico e como ser humano! Pois que entre suas excelsas qualidades ressalta, como não poderia deixar de ser, a enormidade de sua modéstia e de seu desprendimento! Nunca lhe interessou a riqueza material, ele que poderia ser milionário mas, não o sendo, leva a vida de um modesto sábio!

Deste modo, poder-se-á dizer, um dia, que passou pela vida, ensinando medicina e ensinando o bem!

De fato, símbolo de simplicidade e humanidade, plantou na vida árvores de bondade!

À sombra das quais milhares de pobres e centenas de ricos encontraram alívio e felicidade!

E ele mesmo, ciente e consciente da beleza de sua vida e da grandeza de sua obra, poderia dizer — idealista que sempre foi — que cumpriu ao longo de tão bela e longa existência, os deveres perante o país e a sociedade, legando e afirmando, com justa ufania, aos pósteros, o mesmo pensamento que legou Ruy — o grande oráculo — no seu famoso “Credo”.

“Estremeci a Pátria

Vivi no trabalho

E nunca perdi o ideal!”

Parabéns, mestre admirável, e que Deus o conserve assim por muitos anos!

Oração pronunciada no dia 13 de janeiro de 1983 em homenagem ao Prof. Alípio Corrêa Netto, por ocasião do seu 85º aniversário. Departamento de Cirurgia da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

O Manicômio Judiciário, visto por seu médico mais antigo

Dr. Guido Arturo Palomba

Meu nome é Guido Arturo Palomba. Sou o médico com mais tempo de Manicômio Judiciário. Profissionalmente, foi nesta Casa que eu nasci, aqui comecei a engatinhar, aqui troquei os primeiros passos e é aqui que agora ando sozinho. E, por tudo isso, sinto muito orgulho.

Em 1895, ano em que o dr. Franco da Rocha assumiu a direção dos Serviços de Assistência aos Psicopatas do Estado de São Paulo, foram recolhidos ao velho Hospício da Várzea do Carmo quinze alienados mentais infratores, que fica-

vam em promiscuidade com os alienados comuns. Franco da Rocha verificou logo os graves inconvenientes e as dificuldades de serem os alienados infratores observados convenientemente quando vivendo em comum com os demais internados. Desde então, o ilustre médico começou a preocupar-se seriamente com a questão dos alienados que feriram bens tutelados por lei.

Não lhe foi possível, logo depois, ao instalar o Hospital de Juqueri, separar

esses alienados infratores dos insanos comuns.

Entretanto, quinze anos depois, Franco da Rocha publica um livro ‘Esboço de Psiquiatria Forense’, que, diga-o ele próprio: ‘Escrito nas horas de descanso do afanoso serviço administrativo, nasceu ele da observação direta, isto é, foi copiado dos doentes’.

Mas passaram-se os anos sem que circunstâncias permitissem ao Estado de São Paulo possuir o seu Manicômio Judiciário.

Em março de 1923, aposentou-se o dr. Franco da Rocha, depois de vida laboriosa e fecunda, deixando ao Estado de São Paulo um perfeito serviço de assistência aos alienados mentais, sem lograr, entretanto, completar a sua obra com a criação do Manicômio Judiciário.

O seu sucessor, o dr. Antônio Carlos Pacheco e Silva, seguindo a trilha do mestre e premido cada vez mais pela dificuldade em manter alienados infratores de permeio com insanos comuns, desde logo representou junto aos Poderes Públicos, fazendo ver a urgência da instalação do Manicômio Judiciário. E, finalmente, em 1927, o Congresso Legislativo do Estado de São Paulo aprovou o projeto nº 03, criando o Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo.

Reconhecida a necessidade inadiável do novo instituto, deu-se logo início à obra. Porém, em face das agitações e acontecimentos políticos que se sucederam no Brasil, particularmente em São Paulo, depois de 1930, entrou-se a marcha dos negócios públicos, acarretando a paralisação de todas as obras iniciadas. Morosa foi, por isso, a construção do Manicômio Judiciário, cujo término só se deu em dezembro de 1933. No dia 19 de janeiro de 1934, foram removidos para o prédio 150 alienados mentais sujeitos à Justiça, até então assistidos em uma das dependências do Hospital de Juqueri.

O primeiro diretor foi o ilustre médico dr. André Teixeira Lima, cuja direção fora a ele confiada pelo dr. A. C. Pacheco e Silva, pelos seguintes motivos: "A direção desta Casa será confiada ao dr. André Teixeira Lima, um dos primeiros médicos da Assistência aos Psicopatas, que há anos vem dirigindo com os predicados que todos lhe reconhecemos a seção judiciária que funcionou num dos pavilhões centrais do Hospital de Juqueri, enquanto se aguardava a conclusão do novo prédio, o que nos dá a segurança de que o Manicômio Judiciário de São Paulo não terá apenas instalações materiais adequadas, mas uma perfeita organização interna, de acordo com os mais rigorosos princípios da psiquiatria forense".

O dr. Teixeira Lima foi nomeado interno estudante do Juqueri em 1925; em 1934, diretor do Manicômio, permanecendo no cargo até 28 de novembro de 1956, quando se aposentou. Diga-se a tempo, o dr. Teixeira Lima é homem de erudição incontestável, fez vários discípulos de escol, entre eles os dois próximos diretores da Casa: o dr. Hernani Borges Carneiro, que ingressou no Manicômio como médico, em 1941, sendo diretor de 1956 até 1967, e o dr. Paulo Fraletti, que ingressou na Casa em 1948, sendo diretor de 1967 até 1972.

Da sua criação até 1972, podemos asseverar, e a bom direito, que o Manicômio Judiciário de São Paulo foi o farol da alienística brasileira, orgulho dos esculápios de Piratininga, porque teve por parte da diretoria da Casa o incentivo, o apoio e a orientação científica adequados e necessários para o bom andamento da Instituição. Não existiam os problemas que ora se antolham, todos frutos da falta de uma linha mestra adequadamente considerada. Na época, as diretorias primavam pela erudição, pela dedicação aos estudos, pela orientação e formação dos mais novos, pelo culto ao mestre e respeito às tradições, sem deixar, entretanto, de absorver o que havia de mais novo em matéria de técnica e tratamento das alienações mentais. Foi época de grande glória.

O quarto diretor foi o dr. José Roberto Bellelli. Iniciou no Manicômio como médico em 27 de maio de 1964, sendo designado diretor em 12 de janeiro de 1972, até 9 de agosto de 1978, data em que assumiu o dr. Névio Di Pietro, até 15 de outubro de 1980.

Desta última data para cá a direção da Casa foi confiada ao dr. Mauro Ricardo Gobbi.

A atual diretoria recebeu a Casa completamente reestruturada e pronta para fazer dela como faziam dantanho: expressão eloquente de trabalho operoso, ciência e cultura, dedicados integralmente ao internado e à coletividade. Essa reestruturação deve-se à inesgotável e altaneira força de um insigne juiz de Direito, hoje desembargador, dr. Renato Laércio Talli, a quem rendemos as maiores louvas. De quase 1.300 internados para quatro médicos e uma assistente social, o dr. Talli, à testa da batalha, reduziu a população do Manicômio para menos da metade, quadruplicou o número de médicos, abriram-se vagas para assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais, técnicos desportivos e isso e mais aquilo. Obviamente que todos esses setores novos agora não satisfazem completamente às exigências da Instituição, face ao outra vez elevado número de internados. Mas merece ser lembrado que antigamente, quando aqui era o farol da alienística brasileira, e cujo número de internados era igual ou superior ao atual e que não contava com o auxílio desses setores paramédicos existentes agora, não havia, internamente, o caos doutrinário que hoje há. Ora, o setor de psicologia, o setor de terapia ocupacional, o setor de perícias médicas e o serviço social fraquejam quando se lhes pergunta o que vem a ser um Manicômio Judiciário, e isso, diga-se, não por culpa deles, pois, na maioria dos casos, estamos-nos havendo com pessoas recém-formadas que não tiveram nas faculdades, e não têm agora, orientação científica

adequada e suficiente para aplicar os seus conhecimentos aos mistérios da Justiça. O trabalho no Manicômio Judiciário é trabalho específico, pode-se até dizer com propriedade, é uma especialização dentro da especialidade. Entendemos perfeitamente o fato de as faculdades não ensinarem os recônditos da medicina legal, mas, não podemos entender que a Casa relegue a plano inferior questões de igual jaez.

Como se não bastasse o que vem de ser narrado, é ainda muito temerosa a linha mestra adotada em relação aos funcionários menos graduados. Qualquer problema existente entre funcionário e paciente, via de regra, é sempre o paciente que tem razão. Ora, sabemos perfeitamente que nem sempre tal se verifica, e isso acaba causando aborrecimento geral entre os funcionários e também os pacientes de alta periculosidade com certo grau de consciência acabam criando "moral", como se diz na linguagem deles, ocasionando, destarte, fraqueza na disciplina e total falta de segurança para todos. Esse clima de insatisfação fica bem caracterizado pelas palavras do dedicado e experiente funcionário José Cardoso, relatadas no Jornal da Tarde de 11/1/1983: "Não há condições de trabalho, não há segurança, a nossa segurança é mínima, a coisa está abandonada. Há protecionismo para os que chamam de pacientes mas que, na realidade, são homens de alta periculosidade. O atual diretor é muito liberal e os pacientes se acostumam e querem montar em cima dos funcionários que sofrem com isso".

Por fim, merece reportar que nos ensinam que o internado tem o direito de fugir. Ora, até aceitamos seja isso dito, mas somente podemos aceitar se em seguida vier afirmação peremptória de que, se os internados têm o direito de fugir, nós temos o dever de reprimir a fuga. Como conseqüência de tal arruibo, temos hoje em dia o maior índice de fugas já existentes desde que o Manicômio foi criado. Inclusive, é voz corrente nos outros presídios do Estado que a fuga do Manicômio é fácil, e há internados que falam em um passe, que custa cerca de Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros), para a transferência da Casa de Detenção para o Manicômio, para a tentativa de fuga.

Agora, ao terminar esta exposição, ficaria ela sem nexos se não explicasse o que no início dissemos, que sinto muito orgulho de ter nascido, engatinhado e trocado os primeiros passos aqui dentro. É que, mesmo neste momento, onde imperam doutrinas impróprias, ainda albergo no peito a esperança de ver no dealbar desta nova era (mudança da Secretaria da Saúde para a Secretaria da Justiça) este Manicômio Judiciário de cobre e vidro transformado em ouro e diamante.

Faculdade de Medicina de Sorocaba

Prof. Hudson Hübner França

Há 27 anos esta congregação de professores da Faculdade de Medicina de Sorocaba se reúne para conferir a um grupo de moças e rapazes o grau de médico.

Há 27 anos, por este mesmo dezembro, a mesma cerimônia, as mesmas palavras, os mesmos gestos rituais são repetidos, como se repetem, anualmente, as primaveras.

Pouco mais de um quarto de século decorreu entre a primeira colação de grau nesta faculdade e a noite de hoje; quarto de século que representa uma parcela maior ou menor da vida de todos nós que assistimos a esta formatura, mas que ultrapassa os limites da existência da grande maioria dos que agora se formam; espaço de tempo curto ou imenso, conforme o ritmo de cada um, em que o mundo se transformou de modo acelerado em sua tecnologia, na política, no comportamento social; tempo de transformações rápidas e profundas, em que muita coisa mudou e pouca permaneceu intocada.

Esta solenidade a que assistimos não mudou; permaneceu a mesma durante todos estes anos no seu aspecto formal; no entanto, o seu significado e conseqüências são, hoje, bastante outros.

O ambiente festivo é o mesmo; mesma a alegria e alacridade dos que se formam e dos que assistem a este acontecimento.

A parte fundamental da formatura, o rito da colação de grau não mudou. É exatamente o mesmo, ano após ano. Há um juramento lido em voz alta, por todos, simultaneamente, e, depois, repetido por um de cada vez; só então o diretor da faculdade, investido da autoridade que o cargo lhe confere, concede ao doutorando o grau de médico.

Esse juramento, o juramento de Hipócrates, que mais que um simples juramento é um esboço do código da moral médica, data de 2.400 anos e vem sendo repetido por todos esses séculos nas mais diferentes línguas, pelos mais diferentes povos, nas mais diversas regiões do mundo. Isso tem um significado especial para nós, médicos. Nossa profissão é antiga como a história do homem e as linhas básicas de sua conduta, de sua ética, a sua arte, permaneceram inalteradas por milênios. Nós, médicos, ajudamos a construir civilizações, tivemos sempre lugar de destaque nas mais diferentes sociedades, acompanhamos o homem em toda a sua aventura. Participamos de sua luta e partilhamos com

ele os momentos mais importantes, mais íntimos de sua vida: nós somos coparticipantes de seu nascimento, de sua angústia, de sua morte e, nos últimos anos, também de sua ressurreição.

De tempos imemoriais clama a voz do Eclesiástico:

"Honra o médico por causa da necessidade,

Pois foi o Altíssimo que o criou.

(Toda a medicina provém de Deus).

"A ciência do médico o eleva em honra."

No entanto, mais que a ciência, o que eleva o médico no conceito dos povos é a maneira como aplica essa ciência em benefício do próximo, sem considerar raça, credo ou posição social. É a arte médica que distingue a nossa ciência e a nossa pessoa. Platão protestava contra os médicos da Grécia antiga, porque tratavam do mesmo modo os ricos e os pobres, o homem livre e o escravo.

Nossa profissão tem raízes profundas e extensas; nossa arte tem pontos de referência espalhados por toda a história. Isso confere à medicina uma estabilidade e distinção sem iguais.

Imutável, também, nestas reuniões, é o sentimento dos pais que vêem os filhos colarem grau; a alegria de vê-los formados, prontos para assumirem a sua função na sociedade, a esperança de vê-los aplicarem, com sucesso, o que aprenderam e o orgulho por vê-los receberem do meio social o reconhecimento e recompensa pelo seu trabalho. Alegria, orgulho e esperança, justos e sempre presentes numa colação de grau como esta.

Porém, os sentimentos dos que hoje se formam não são os mesmos de 3 décadas atrás. Os tempos passaram, as coisas mudaram. Por trás de sua jovialidade e alegria há um travo de medo, incerteza e apreensão.

Eles sabem que pouquíssimos têm condições de deixar a escola para, de imediato, exercerem a profissão. A residência é quase obrigatória e conseguir uma boa residência nem sempre é fácil ou possível.

Há 27 anos, o médico recém-formado pensava em montar um consultório e arranjar um emprego com que pudesse se manter até que a clínica fosse formada. Hoje, os que acabam de se formar sabem que poucos dentre eles conseguirão viver como profissionais liberais. A maioria viverá de empregos, 1, 2, 3, 4 empregos ou subempregos, com os quais conseguirão sobreviver, mas dificilmente alcançarão a plena realização profissional.

A ótica com que um jovem médico vê o meio social mudou bastante neste quarto de século. Por outro lado, mudou também a atitude da sociedade em relação ao médico. Ela não mais o recebe com a expectativa, o respeito, a cordialidade de outrora. Já não o vê como antigamente. Para a sociedade, o médico não tem mais a aura sacerdotal, já não é visto como o homem culto, dedicado, de conduta moral inabalável. É um profissional como outro qualquer, que luta com todas as armas, com toda sua força, para conseguir uma posição, para obter o seu mercado, trabalhando com uma mercadoria chamada saúde.

Por que essa mudança? Por que essa transformação no relacionamento médico-social? Cabe perguntar: mudou a sociedade, mudou a medicina ou mudamos nós?

A sociedade mudou. Deuses foram destruídos, mitos foram criados, valores contestados. Em meio à grande turbulência, surge o admirável mundo novo. Explosão demográfica. Crescimento vertiginoso das comunicações. Conscientização e valorização das massas. A medicina foi socializada. Nada mais justo. Entre nós, contudo, a socialização da medicina foi feita com falhas gritantes, de modo injusto e demagógico. Uma contradição: num país onde as estatísticas mostram que há excesso de médicos, passou-se a exigir que cada médico atendesse a um número maior de pacientes no menor tempo possível. A medicina foi massificada, a consulta passou a ser feita em série e o trabalho médico foi industrializado.

O ato médico, como o amor, é um exercício interpessoal, que exige tempo, paciência, e envolve numa densa atmosfera emotiva médico e doente. Isso desapareceu. Já não há tempo nem disposição para uma história e exame mais prolongados, para se chegar à epidemiologia da doença, às suas causas predisponentes e desencadeantes. O ato médico se limita ao binômio sintoma-remédio. Nunca se tomou tanto remédio quanto agora. Se o paciente apresenta sintomas de cansaço e depressão, dá-se um antidepressivo; se dorme mal e está irritado, toma um tranquilizante; se está debilitado, dão-se vitaminas; se é anginoso, vai tomar um vasodilatador ou fazer um ponte de safena. As causas primárias desses distúrbios não são mais procuradas.

Nós sabemos que não existe paralelismo entre boa saúde, longevidade e uso

de remédio. Os povos mais sadios e que vivem mais não o são por causa de um consumo maior de remédios. Na base de uma vida longa e salutar estão outros fatores, como alimentação, condições de moradia e trabalho, rede de esgotos, água potável, vacinas, nível econômico e educacional. Verificou-se que a vida média do parisiense é cerca de 20 anos mais longa que a do carioca; essa longevidade, porém, não é devida a um consumo maior de medicamentos, mas, sim, a um melhor desenvolvimento daquelas condições de higiene. Usa-se muito remédio, não só por causa das doenças, mas, também, por culpa da propaganda intensa e desonesta e porque nós, médicos, recebemos muito. Presos à estrutura de uma previdência social deformada e induzidos pela toda poderosa e nem sempre escrupulosa indústria farmacêutica, nós estamos nos transformando em meros repassadores de remédios.

A necessidade de consumir atingiu o setor saúde. É preciso que se consumam carros, bebidas, eletrodomésticos, cigarros e detergentes, para que o produto interno bruto cresça; é preciso consumir remédios para que a indústria farmacêutica possa florescer.

Outro fato novo no relacionamento médico-social de hoje é que os médicos têm sido apontados, com frequência cada vez maior, como responsáveis por falhas no sistema assistencial, quando, frequentemente, a culpa é do próprio sistema ou mesmo da sociedade. Não é raro os jornais e a televisão apresentarem fatos em que médicos são envolvidos, expostos à curiosidade, à crítica e ao julgamento públicos, sem que se pesquisem ou se dêem destaque, na origem destes fatos, a outras causas, não médicas mas sócio-econômicas, capazes de conduzir à doença, ao acidente, ao atendimento precário e à morte.

Segundo a tradição judaica, nas festas da Expição, conta o Levítico, o sumo sacerdote pegava um bode, colocava as mãos sobre sua cabeça, confessava sobre ela as iniquidades do povo de Israel e, em seguida, o conduzia ao deserto, para onde ele levava, consigo, os pecados do povo. Era o bode expiatório. Entre nós, é comum culpar um membro de uma família pelas mazelas que pertencem a todo o grupo. Nós costumamos ter o nosso bode expiatório. Com a sociedade, isto também acontece e, no momento, nós, a classe médica, somos o bode sobre o qual se derramam os desacertos e contradições de nossa civilização.

Meus amigos: não falo essas coisas, apenas, para chorar o passado ou para criar desesperança; não sou carpideira de um tempo perdido e, muito menos, profeta do apocalipse. Falo essas coisas porque há necessidade de uma reação, que é possível. O mundo mudou, os valores foram baralhados como cartas de jogar e, nessa mudança, a classe médica saiu perdendo. É necessário que as cartas sejam recolocadas na seqüência certa, obedecendo à hierarquia de seus valores. Para isso é preciso, não só que as nossas entidades de classe trabalhem, mas que o trabalho seja feito, também, individualmente, por todos nós. É preciso, antes de tudo, que façamos uma revisão e reajuste de nossa posição, pois temos, também, nossa parcela de culpa no que vem acontecendo. Nem sempre temos estado acima de qualquer suspeita.

O exercício da medicina é investido de uma autoridade, que nos acompanha há milênios e que dá à arte médica um caráter de distinção. Essa autoridade tem sido contestada, negada, diminuída, e nós, nem sempre, temos sabido ou podido defendê-la.

A autoridade médica, autoridade asclepiana, provém de 3 fontes. A primeira dessas fontes é a sapiencial. O médico

sempre foi considerado um homem estudioso, culto, muitas vezes sábio. Versado não apenas na ciência de curar mas possuidor de boa cultura geral. Isso é fundamental para quem vai trabalhar com doentes, pessoas complexas e não apenas com doenças e sintomas.

Todos sabemos que o nível de ensino das escolas caiu bastante, mas, reconhecemos, não é menos verdade que a quantidade de estudo, "per capita", também caiu muito.

A segunda fonte da autoridade médica é a moral. "Mantereí a minha vida e a minha arte com pureza e santidade"; "minha língua calará os segredos que me forem revelados"; "prometo que ao exercer a arte de curar mostrar-me-ei sempre fiel aos preceitos da honestidade e da ciência". O que o médico faz e aconselha deve ser socialmente correto e individualmente bom.

A terceira fonte é a carismática; é o dom de que nos fala o apóstolo Paulo em sua primeira carta aos coríntios. Para se exercer bem a arte médica, não é suficiente que se tenha grande inteligência, cultura ou disposição para o trabalho. É preciso ter alguma coisa mais, o carisma, a vocação. É preciso o carisma para não só compreender, mas, também, assumir o sofrimento do próximo; é preciso o dom para infundir num homem com angústia um pouco de paz; é preciso ter a graça para curar ou, pelo menos, aliviar.

Se essa autoridade for restaurada, a medicina voltará a ser o que sempre foi: arte-ciência capaz de dar a quem a exerce a inteira realização pessoal e profissional.

Meu caro afilhado, se você "cumprir este juramento, goze a sua vida e sua arte de boa reputação entre os homens e para sempre".

Esse é o meu voto e a minha bênção.

Dr. José Pereira Gomes

21-8-1882 – 14-9-1968
Itapetininga, São Paulo

Dr. Armando Gallo

Com a participação de 32 entidades culturais e filantrópicas, foi realizada, no Instituto de Cegos Padre Chico, cerimônia comemorativa do centenário de

nascimento de Pereira Gomes, figura exponencial da oftalmologia.

Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1909, fez curso de

aperfeiçoamento da especialidade na Faculdade de Medicina de Paris. Em 1914, por se achar enfermo o Dr. Euzebio Queiroz Mattoso, Pereira Gomes tomou

a direção da 1ª Clínica de Olhos da Santa Casa de São Paulo e a engrandeceu com sua permanência por 42 anos, tornando-a centro irradiador da cultura oftalmológica brasileira.

Nas orações pronunciadas na sessão em sua homenagem, encontramos os dados essenciais de sua marcante personalidade. A direção da cerimônia esteve a cargo do autor destas linhas, que pronunciou as seguintes palavras:

"A homenagem que hoje prestamos à memória de Pereira Gomes poderia ser realizada no solene salão-nobre da Santa Casa, na Faculdade de Medicina, na Sociedade de Medicina e Cirurgia, no amplo e confortável auditório da Associação Paulista de Medicina, no Instituto Histórico e Geográfico, no Rotary, ou no luxuoso Automóvel Clube, pois em todos esses segmentos da sociedade paulista encontramos a presença do homenageado, em lembranças esculpidas nos marcos que testemunham suas realizações, no campo do saber e da bondade.

"Do extenso rol das entidades com suas portas abertas para acolher esta reunião, esta foi a escolhida. De todas, talvez a mais pobre. Pobre em recursos materiais, porém rica em espiritualidade, fazendo com que, nos deserdados da luz, o coração exerça, também, a função do olhar. Este Instituto é a concretização do sonho realizado de Pereira Gomes. Esta casa foi a menina de seus olhos. Dedicou ele parte de sua vida às crianças que carregam, mortas, as meninas dos olhos.

"Fiz uso da palavra tão apenas para justificar a razão da escolha desta benemérita Instituição, templo de amor ao próximo, onde se acendem esperanças em pupilas apagadas."

O Prof. Hilton Rocha pronunciou tocante oração, cujos tópicos essenciais aqui transcrevemos.

"Nos olhos azuis límpidos e bondosos, havia em Pereira Gomes uma luz interior que traduzia tranqüilidade, segurança e autodomínio. Falava de maneira pausada e comedida, amistosa e suave, isenta de dogmatismo, sem eivas de ênfase ou afetação, polarizando desde logo a atenção dos circunstantes. Após alguns instantes de tertúlia, sentia-se a presença do homem culto e talentoso, cuja linguagem cristalina denotava o trato com as sutilezas, extravagâncias e belezas do nosso idioma. Médico e esteta, poeta e artista, grande mestre sem cátedra, foi ele sem dúvida mestre direto ou indireto de todos os oftalmologistas de minha geração. E as gerações que se seguiram continuaram a haurir os seus ensinamentos, como bola de neve ou em cascata avolumando indefinidamente o rol de seus discípulos.

"O multifacetado da personalidade de Pereira Gomes dificulta, ao invés de facilitar o seu enfoque. Por onde começar, o que sobressair naquele que foi oftalmologista ímpar, professor, artista, poeta, amigo, humanista e filantropo?"

"Não era professor universitário, mas dificilmente alguém poderá levar-lhe a palma. Se eu fosse escolher dois pontos para abordar, ou que servissem de pedra de toque para estas recordações, eu atentaria para a gênese dos congressos oftalmológicos brasileiros e para a marca social e filantrópica que norteou a vida de Pereira Gomes; o que bem se traduz com a escolha do local para estas homenagens: o Instituto Padre Chico.

"Nós, oftalmologistas, bem sabemos que os congressos brasileiros se iniciaram aqui em São Paulo, berço e capital da nacionalidade, do progresso e da cultura.

"E, entre os artífices do 1º Congresso, destacava-se a personalidade de Pereira Gomes, seu presidente, que, na sessão inaugural, disse-nos estas palavras: "Desejamos finalmente que se alicerces de engrandecimento, de enobrecimento e de cultura de nossa grande terra". Essas palavras bem refletem o seu espírito de concórdia, de congraçamento e de aglutinação. O 1º Congresso foi um sucesso, descerrando um caminho novo para a Oftalmologia brasileira.

"Devemos a São Paulo esse despertar e não foi sem razão que Pereira Gomes foi automaticamente alçado à condição de seu presidente executivo.

Lançada a semente, ela eclodiu, sempre o nosso homenageado de hoje pontificando nos congressos sucessivos. Até que, em 1967, ainda aqui nesta metrópole, ao se realizar o XIV Congresso, já não pudemos tê-lo presente às sessões, porque seus olhos azuis, amigos, conciliadores e lúcidos claudicavam. E, por coincidência, fui eu o orador da solenidade inaugural, dizendo então estas palavras que hoje aqui bem se comportam: "Grande professor sem cátedra, chefe destacado da oftalmologia pátria, culto, artista, onímodo. Querido e respeitado, foi aceito e reconhecido por todos nós. Que ele possa ouvir neste instante as palmas, já que ver não nos pode, e sentir as homenagens com que os oftalmologistas de ontem e de hoje, aqui reunidos, agradecem seu esforço ímpar."

"E prossegui, então, isso em 1967, dizendo: "E alegre-se, Dr. Pereira Gomes, pois os seus vaticínios e os seus anseios se confirmaram, quando em 1935 lançou os alicerces de novas amizades entre os colegas brasileiros."

"Para ver as cores é preciso ter olhos, mas para sentir o colorido basta ter al-

ma. Se então, em 1967, não pudeste ver, mas ouvistes e sentistes os ecos das palmas e das homenagens merecidas, hoje, lá de cima, velando por nós e pela Oftalmologia brasileira, estais em melhor condição para ver, ouvir e certamente emocionar-se com as homenagens que a pátria do tempo não consegue esmaecer; muito ao contrário, o tempo, longe de atenuar ou amortecer, dá-nos, com a sua perspectiva, a ampliação legítima e cada vez mais ampliada de sua personalidade e de seu valor.

"Com toda sua estesia, sempre se lançou em busca das coisas do espírito. Eram os seus sonetos, foram os seus desenhos. Como aquele no mármore de uma mesa de um bar, retratando Prudente de Moraes; a tal ponto que os amigos deste adquiriram o mármore, para que o retratado ilustre pudesse conservar os traços espontâneos de um artista de escol. Essa peça hoje encontra-se no Museu Republicano de Itu.

"A outra faceta de sua personalidade era filantrópica. Este Instituto Padre Chico deve-lhe quase tudo. Lançou a idéia, impulsionou-a, fê-la germinar, galvanizou a idéia e imantou com seu entusiasmo uma plêiade ilustre. Bem houve o Comitê Organizador desta homenagem ao fazê-la aqui.

"É preciso que nos transportemos para aquela época, há meio século, quando os cegos não possuíam um *habitat* aqui. Aliás, vale um pequeno retrospecto histórico, que engrandece o Brasil. Desde o instante em que Louis Braille consolidava em Paris a leitura tátil, é realmente admirável o registro do descortino de D. Pedro II, que financiou o primeiro livro escrito em Braille num idioma distinto do francês. Em 1856, foi escrito um livro de leitura em português. É que um jovem cego brasileiro, Azevedo, conseguiu entusiasmar o nosso imperador, para, a 17 de setembro de 1854, criar-se no Rio o Instituto Benjamin Constant. Só 50 anos mais tarde, em Belo Horizonte, criava-se o Instituto S. Rafael, logo seguido deste admirável Padre Chico, de cujas paredes ressuma o idealismo de Pereira Gomes.

"Ontem, hoje e amanhã, todos nós, oftalmologistas brasileiros, reverenciaremos o grande professor sem cátedra. Simples e modesto. Quanto mais profundo o leito de um rio, mais silencioso."

A sessão comemorativa foi encerrada com candentes palavras do Prof. Newton Carneiro, genro do homenageado, que agradeceu em nome da família Pereira Gomes o testemunho de reconhecimento tributado pela Sociedade paulista que ele integrou e engrandeceu.

Considerações sobre os primeiros dias de Ipanema

Dr. Duffio Crispim Farina

Há 40 anos, neste sodalício, Geraldo Ruffolo lembrava a data de 5 de maio de 1682 como aquela que assistiu à Carta Régia do Regente D. Pedro, o segundo do nome, mais tarde soberano em Portugal. Por ela criava-se a Fundação de Ferro de Araçoiaba. Assinalemos algumas datas e eventos ligados à história e ao evoluir de Ipanema, em síntese de resumo e de registros.

Pedro Taques, nas *Notícias Genealógicas*, lembra que Afonso Sardinha começou uma fábrica de ferro de dois engenhos para a fundição do ferro e aço em Biraçoiaba, que laborou até o tempo que o dito Sardinha doou um destes engenhos ao fidalgo D. Francisco de Souza, quando em pessoa andou pela localidade no ano de 1600 e, como era governador da Capitania, ali fundou pelourinho, que muitos anos depois passou para a Vila de N. Senhora da Fonte de Sorocaba, recolhendo-se ao reino em 1602, ano em que chegou à Bahia o seu sucessor, Diogo Botelho, despachado por Felipe III, rei de Castela. Ficou o dito engenho a seu filho D. Antonio de Souza, a quem Sardinha tinha feito a graciosa dádiva, e deste passou a Francisco Lopes Pinto, cavaleiro fidalgo e professo na Ordem de Cristo, por morte do qual (em São Paulo, a 26 de fevereiro de 1629) se extinguiu o dito engenho e cessou a fundição de ferro de Biraçoiaba, em que o dito Pinto era interessado, bem como seu cunhado Diogo de Quadros, e tudo consta do testamento de Francisco Lopes, existente no Cartório de Órfãos de São Paulo.

Pedro Taques, a exaltar o grande paulista, enfatiza ser Afonso Sardinha, de muitos merecimentos pelo ardor que teve no real serviço, porque tendo dado o seu engenho de fundir ferro a D. Francisco de Souza, fez construir outro à sua custa, para nele laborar a fundição por conta do Rei, a quem fez esta doação.

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, autor da "História da Fábrica de Ipanema e de sua Defesa Perante o Senado", relembra que tão apagada ficou a memória desses estabelecimentos que Luís Lopes de Carvalho, capitão-mor e ouvidor de Itanhaém, pode inculcar-se como novo descobridor e, presidindo a Câmara da Vila de Sorocaba de sua jurisdição, em vereança de 14 de março de 1681, fez entrega das minas, que, disse, descobriu na montanha de Biraçoiaba e na de

Caiatiba, aos oficiais da mesma Câmara, ordenando-lhes em nome de S.A.R. que tomassem entrega delas e não consentissem tirar pedras dali sem ordem de S.A.R., com penas de morte.

No ano seguinte, ano da graça de 1682, o Senhor D. Pedro II, então Regente, mandou Frei Pedro de Sousa explorar se nas sobreditas minas havia prata, fazendo-se acompanhar por Manoel Fernandes de Abreu, capitão-mor de Itanhaém, e por Jacinto Moreira Cabral, que havia acompanhado Luís Lopes em seu inculcado descobrimento. Ignoramos o resultado, constando no arquivo da Câmara de Sorocaba somente as ordens a este respeito expedidas.

Martim Garcia Lombria, capitão-mor de Itanhaém, fez vários exames na montanha, ainda denominada Biraçoiaba, e tentou estabelecer nela uma fábrica de ferro, sobre a qual foi tratar ao Rio de Janeiro, onde morreu, tendo recebido uma Carta Régia do Senhor D. Pedro II, datada em 20 de outubro de 1698, em que lhe agradece e promete remunerar os seus serviços.

Tomé Monteiro de Faria, procurador de Francisco Luís Carneiro e Sousa, por carta de Sesmaria de 11 de março de 1698, concedeu a Luís Lopes de Carvalho quatro léguas de terras em Biraçoiaba, para o estabelecimento de fundição de ferro. A concessão dada na vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, na acima citada data (11 de março de 1698) refere os chãos, termo da vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, como pertença do conde da Ilha do Príncipe, podendo dispor o concessionário de terras, águas, lenhas e matos que nelas se achassem.

O 2º conde da Ilha do Príncipe, falecido em 1708, filho único dos primeiros condes, era neto de D. Sancho de Faro, senhor do Vimieiro e herdou todos os senhorios do pai, tendo sido capitão-mor da capitania de N.S. da Conceição, no Rio de Janeiro. Serviu na guerra contra a Espanha como mestre-de-campo de um terço de Infantaria e chegou, após diversas ações, a general-de-batalha. Foi depois nomeado governador e capitão-general de Mazagão, no norte d'Africa.

Casou em 1672, com sua sobrinha, D. Eugenia Filipa de Lima, filha dos primeiros Marqueses de Minas e, ao enviuvar, foi dama da rainha D. Maria Ana d'Austria, esposa de D. João V. Segundo

a tradição, referida por Zuquete, por sugestão dos Marqueses de Minas, foi dada a Mariana, antigo arraial bandeirante de Ribeiro do Carmo, o nome de S. Majestade, a rainha.

A montanha Araçoiaba foi sucessivamente ocupada por agricultores e como que esquecida dos mineiros até 1770, em que apareceu Domingos Ferreira Pereira com um Alvará Régio que o autorizava a estabelecer fábrica naquela montanha e realizou o seu projeto congregando vários sócios, sendo mestre João de Oliveira Figueiredo.

A crônica inscreve a produção nesse tempo como da ordem de quatro arrobas de ferro por dia, o que não indenizava as despesas da Companhia, que por isso a vendeu, no fim de seis anos, ao capitão Victoriano José Sentena, o qual foi obrigado a abandoná-la no término de um ano por ordem do capitão general Martim Lopes Lobo de Saldanha, que lhe proibiu continuar os trabalhos enquanto não apresentasse novo Alvará Régio de licença.

Nicolau Vergueiro, pesaroso, deixou anotado: Assim morreu um estabelecimento de tão extensa utilidade que havia custado tão penosos e reiterados esforços! Os agricultores tomaram novamente conta da montanha e sobre ruínas da fábrica de ferro se levantou outra de açúcar, que também não durou muito, por causa das novas ordens que proibiram o corte das matas.

Avizinhavam-se melhores tempos, contudo. Em 1800, o capitão-general Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça, por ordem da Corte, mandou o marechal Cândido Xavier de Almeida, com o químico João Manço Pereira, examinar a montanha, designar as matas necessárias para a futura fábrica, proibindo o corte delas, informar circunstâncias da mina e propor as peças que se julgasse necessário mandar vir de fora para a construção da mesma fábrica. Foram feitos estes exames, executadas as providências e escolhido, no rio Ipanema, o lugar do açude, onde se levantou, e, a pouca distância, o da fábrica, que infelizmente não foi adotado.

Em 1803, o coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada, inspetor das minas e matas desta província, nas viagens mineralógicas que nela fez, examinou cuidadosamente a mesma montanha e suas relações, concordando exatamente

XI

com João Manço nos lugares do açude e fábrica.

Em 1810, o capitão Frederico Luís Guilherme Varnhagen, tendo sido chamado de Portugal, onde estava dirigindo a Real Fábrica de Figueiró dos Vinhos, veio por ordem de S.M. renovar os precedentes exames e, à vista das localidades, formar o plano para a ereção de nova fábrica.

O capitão-general Antonio José da França e Horta foi em pessoa animar o princípio desta comissão, ajudado pelo sobredito inspetor Andrada, e Varnhagen fez os necessários exames e, em vista deles e das localidades, formou este o plano, que consistia no seguinte: construir logo no lugar da fábrica velha dois fornos biscainhos assoprados por trombas d'água que deviam dar ferro no fim de três meses e fornecer dele o necessário para a construção da fábrica grande, devendo esta constar de um ou dois fornos altos, refinarias e o mais aparelho correspondente. Orçou a despesa da obra em 32.000\$000 e os braços para a

sua laboração em cem escravos. Escolheu para o açude e fábrica os lugares dos precedentes observadores e designou o distrito mineiro, adotado, depois de diversas alterações.

Varnhagen entregou o plano ao ministro da Guerra, o Conde de Linhares, e são bem conhecidos os grandes concebimentos de Linhares. Logo é assinado o contrato de Hedberg, firmado em Estocolmo, pelo ministro, Conde de Oriola, e ajustado pelo sueco Bayer, consul de Portugal.

Segue-se a saga altissonante da Fábrica de S. João de Ipanema, cujo maior legado, e decorrências, teve o fastígio com o nascimento, vida e glória de Francisco Adolfo de Varnhagen, futuro visconde de Porto Seguro, o excepcional historiador da nacionalidade brasileira.

O progenitor de Francisco Adolfo, ao decantar a opulência e o encanto de Araçoiaba, esplendeu:

"Sobre a cima do principal cabeço há uma lagoa que chamam aqui Dourada, na qual o povo diz aparecem fantasmas

que guardam os tesouros nela escondidos. O mineral solto à superfície do morro é tanto e tão rico que creio só dele se poderia, por mais de cem anos alimentar a maior fábrica do mundo, sem recorrer a trabalho algum mineiro."

Porto Seguro também a defendeu quatro decênios, ou mais, em uma vida de sessenta e dois anos, longa para os ocios alheios, breve para os seus imensos labores, esquadrinhando fontes, documentos, perquirindo textos, resolvendo problemas históricos, fastos e homens, em revelações inesgotáveis, a escavar e a soerguer de forma, sólida e permanente, a História da Pátria.

Pai e filho revolveram camadas, telúricas ou dos dias d'antanho, e surgiram, sísmiles aos da Lagoa Dourada, tesouros, mananciais insuspeitados!

Os primeiros tempos de Ipanema já prenunciavam as dimensões de tais obras, pertinentes e duradouras, na Civilização do País dos Paulistas! Que sejam lembrados, exaltados e reverenciados!

Quimeras

Dr. Josef Tock

No rebrilhar das auroras perdidas,
O doce bálsamo
que os ares trazem.
A vida!

No bordejar das asas brancas
das gaivotas que cruzam os céus,
e os perdidos abismos.
A ilusão!

Na infinita profundidade dos mares
[verdes,
sobre a areia branca da praia deserta,
pela poesia do orvalho que cai.
A solidão!

Os ícaros estão a passar.
Silêncio!
As ninfas estão a chorar.

Quando os acordes da manhã,
despertarem teu corpo mal dormido,
valorizarás a vida
e, eterno te tornarás.

Mundo vazio*

Dr. Josef Tock

Atinge-se o tempo em que se procura
[um Deus.
A fronte altaneira, os olhos se perdem
[lá no infinito.
O nada nos brilha e tudo nos traga.

A presença de um relógio não existe.
Sentimos um raso amor desconhecido.
O mundo é vazio, a alma distante.

Fecham-se as portas e as janelas.
O mundo está em guerras, e não se lê
[jornais.
Chorar não adianta, ninguém ouvirá.

Perde-se o sono e a alegria.
O mundo não para, mas fica-se inerte.
Procura-se algo, procura-se amor.

Um anjo passou raspando, ainda ouço
sua harpa tocando Bach e Brahms.
E Deus existirá?

*Prêmio menção honrosa Concurso Literário
APM 1972

O médico

Otávio Batista de Carvalho

Em combate à dor, noites e dias a fio.
Consciente, leal, com maneiras afáveis.
Consegues fazer fluir, nas faces
[incontáveis,
Riso em vez do pesar — sublime desafio.

Aos males atento, inflexível e ereto,
Emanando saber, discrição e segurança,
Dás ao descrente fé, ao aflito
[esperança,
Ao pária infeliz teu superior afeto.

Escravo do dever, com sapiência e jeito,
Por outrem a lutar, sem exprimir
[lamento,
É teu pendor constante à ciência afeito.

Submisso ao mistér — serenar
[sofrimento,
Alheio a presunções, sem orgulho no
[peito,
És o fiel cumpridor do santo
[juramento.

Arqueologia

*Ao excelso poeta
em Geraldo Pinto Rodrigues.*

Removerei um dia estas areias
de Esquecimento, dos erguidos
por insensíveis ao que fui, alheias [combros,
aos meus ciclos de dores e de [assombros.

Bem sei que ali sepultam os escombros
de um castelo de oníricas ameias,
que outrora ergui à audácia de meus [ombros,
sentindo o ideal a me fremir nas veias.

Hão de emergir ao serem removidas
deste recanto de aparente calma,
velhos sonhos... desejos... ambição,

e ao meu Amor e as ilusões perdidas,
por essa arqueologia na minh'alma,
dentre as colunas mortas, surgirão!

Clóvis Egberto Chenaud

Machado Florence

D'Artagnan de casaca, sempre o anima
a justa causa por menor que o seja,
e onde impere a ambição ou o erro
ei-lo arrostando os fados da peleja! [oprime,

Mas cessada a refrega, logo enseja,
inda ofegante pelo ardor da esgrima,
os vôos da poesia e então adeja
buscando o néctar nos vergeis da [Rima...

Espírito versátil em destaque,
recorda o Cyrano de Bergerac
sem ter o narigão por complemento...

E o nosso orgulho é vê-lo sempre assim:
florete em punho, como espadachim
da ironia, da verve e do talento!

Clóvis E. Chenaud

No Apocalipse o Quinto Cavaleiro

18-10-1974 – Dia dos Médicos

*Aos meus amigos médicos, Dr. Anibal
Arrais e Dr. Walter Pinheiro Guerra*

Envolve todo o pântano uma nuvem densa
e p'lo ar sufocante vai o planger da Ave-Maria,
Pondo em cada coração uma lágrima, uma nostalgia:
É o manto tétrico da Morte e o nome é Doença.

Pelo ambiente humano só miasmas envenenados
Que se infiltram nos organismos das criaturas...
Sobre a terra cruces apontam sepulturas,
No sertão as aves se saciam com os abandonados.

Contraí-se o Cosmo ante desoriginal mácula
Que sem piedade destrói a criação do próprio Deus...
Porém, Este em sua infinda bondade envia o que é Seu
Pra extirpar, dentre os homens, o cruento Drácula.

Uma luz na escuridão surge em todo o esplendor
Enxotando as trevas do alto, ao pé da serra,
Surgindo novamente a vida sobre a terra
E se fazem verdes os prados, tudo é jardim em flor.

Uma voz indaga, querendo jogar à sorte:
“– Quem és? De onde vens, triste e mísero profano?
Creio que não sabes quem sou.? Pois eu sou a Morte.”

E a batalha se dá, tremenda, inexorável:
Tempestade contra brisa, trevas contra a luz...
Quando se faz silêncio, existe o brilho de uma Cruz,
E a voz da Verdade se faz ouvir implacável:

“– Sou os Testamentos, o Alcorão, os Livros Védicos.
Eu não vim, eu estou. Pela eternidade eu Sou o que Sou.
Arrasando-te pelos teus males sempre vou...
Afasta-te Asuras. Eu sou os Médicos.

João Baptista Bianchi

Alguns hinos patrióticos

Dr. Dufflio C. Farina

O Sereníssimo Senhor D. Pedro, Grão Prior do Crato e Duque de Bragança, jovem Príncipe, na noite de sete de setembro de 1822, adentra, penetra na Casa da Ópera, de São Paulo. Os homens bons vão celebrar o grito do Ipiranga. Nas horas precedentes ao espetáculo, Sua Alteza compusera o Hino da Independência. O alferes Francisco de Castro Canto e Melo, irmão de Domitila, descreveu, como testemunha presencial: "fez-se, ouviu o hino, no qual tomaram parte o Príncipe, D^a Maria Egipciana Alvim, D^a Rita, D^a Joaquina e outras senhoras".

Andrade Muricy, ao estudar a versão de Canto e Melo, corroborado por Calmon, da autoria do hino pelo moço Pedro, exalta a criação no dia do memorável acontecimento.

As emoções, entusiasmos de um dia ímpar, o sopitar das auras patrióticas inspiram-no e compõe o cântico. À noite, em galas, comparece ostentando no braço direito, preso por um laço de fita verde e amarelo, o dístico de ouro "Independência ou Morte", que, às pressas, mandara fazer no ourives Lessa, à rua da Boa Vista.

Delirantemente aclamado, executou o hino, de sua autoria, cantado pelas senhoras paulistas. O alferes Aquino e Castro declama soneto a enaltecer o perpétuo defensor da Pátria. Manuel da Cunha, entre outros mais, recita poesia cujo mote era "ou ficar a pátria livre, ou morrer pelo Brasil".

O padre Ildefonso Xavier Ferreira, no camarote nº 11, em companhia dos jovens José Inocêncio Alves Alvim, Manuel Joaquim do Amaral Gurgel e Antônio Mariano de Azevedo Marques, dirigiu-se à platéia e subindo a um dos assentos em frente ao camarote de D. Pedro por três vezes gritou: "Viva o primeiro rei brasileiro!"

Após tudo isso, ergueu-se o pano e teve início a representação da peça "O Convidado de Pedra", do repertório da Companhia Zacchelli.

O *Diário Mercantil* de 13/12/1824 dá notícia da primeira publicação desse cântico, simultaneamente com a de outro, nestes termos: "Sairam à luz o Hino Imperial e Constitucional e o Hino Brasileiro-Imperial, sendo aquele composto por S.M. o Imperador, e principalmente o fato de ter o compositor Marcos Antônio da Fonseca Portugal, mestre da Capela Real, depois Imperial, escrito outro hino". Muitos confundiram os dois numa só unidade, atribuindo-a a Marcos

Portugal. Somente à vista das duas partituras desfez-se o equívoco. O hino de Marcos é radicalmente diferente da fatura e do caráter daquele do Imperador.

A música de Pedro adotada à poesia de Evaristo da Veiga está escoimada de certas facetas de rococó caduco, magreza musical e espiritual, características da cantata de Marcos, no enfatizar sardônico de Lopes Graça.

Entre os atavismos, muitos advindos com mazelas ancestrais, de Braganças e Bourbons, Pedro de Alcântara teve as inclinações para a música, com tendências positivas para o Belo. Pedro, juntamente com Francisco Manuel da Silva, autor do Hino Nacional brasileiro, fez estudos sob a direção do padre José Maurício, Neukomm e Marcos Portugal. Vincenzo Cernicchiaro, historiador de nosso passado musical, registrou-lhe os passos: aos 15 anos, já sabe harmonia e contraponto; aos 20, toca cinco instrumentos, é forte na clarineta e no fagote, medíocre no violino, violoncelo e trombone, e da música fala e discorre como se fosse sua profissão.

Leopoldina d'Austria, aceitando casar-se com um príncipe que lhe diziam ser apaixonado pela música e "informada da melomania da família em que entra", aferrou-se no estudo dessa disciplina, tendo recebido lições de Joseph Haydn. Ao vir para o Brasil, acompanhava o austríaco maestro Erdmann Neuparth, que vai dirigir banda paga pelo comerciante Henrique Teixeira de Sampaio, muito afeiçoado a D. João VI.

Acompanhado pela consorte, D. Pedro canta as mais inspiradas modinhas, com arte e gosto, senhor da guitarra. Maria Graham registra os duetos do par real.

O imperador Francisco d'Austria recebe do genro uma Sinfonia e Te-Deum, compostos por ele, em fevereiro de 1821.

No palácio de S. Cristóvão, acompanhava a esposa ao piano, tocando flauta em tertúlias que se prolongavam até horas tardias. Também freqüentador de sa-raus no Paço onde se fazia música: modinhas, lundus, sonatas de Pergolese, Paisiello, Haydn e Mozart.

Dias de empatias com a consorte. Momentos de arrebatamentos e devaneios. Os Duques de Palmela e da Fronteira vão entesourar, ofertas régias, as partituras do já Pedro IV, de Portugal. Rossini, em carta ao Pedro Segundo, recorda que na fugaz passagem do augusto progenitor por Paris, no Teatro

Italiano, fizera executar abertura da lava do fundador do Império, confundida pelo exigente público como obra do criador do "Barbeiro de Sevilha". Em complemento, solicita-lhe Rossini um pouco do bom café, já tão célebre, fruto do labor das fazendas do Império.

Na Biblioteca do Conservatório de Paris, Mozart de Araújo, vasculhando escaninhos, encontrou, no Catálogo Temático das obras de Sigismundo Neukomm, menção de obras ligadas à personalidade de D. Pedro I: "fantasia a grande orquestra sobre uma pequena valsa de S. A. R. o nosso príncipe; um arranjo para orquestra, de seis valsas do mesmo autor; bem como de uma "Fantasia para Piano forte e flauta escrita para execução na flauta".

Virtuosismos, inclinações, tendências positivas para as modulações da divina música, faceta ímpar de nosso primeiro imperador.

A 12 de outubro de 1830, festejou-se no Imperial Teatro D. Pedro de Alcântara o aniversário de Pedro I. Cantou-se *La Gazza Ladra*, de Rossini. Sendo espetáculo de gala, a orquestra executou o hino do Imperador. Foi provavelmente a derradeira vez que ouviu o seu hino no teatro da Corte, pois de ali por diante os acontecimentos precipitar-se-ão... Seu hino tornar-se-á cântico proibido, como indesejável se havia tornado a sua presença. Nos Açores, em França, no cerco do Porto, as imagens de dias dantanho enchem-lhe a memória. Com a lembrança das coisas patinadas pelo tempo, há de rememorar as estrofes escritas em momento de sonho e ideal: "Por vós, pela Pátria o sangue daremos, Por Glória só temos vencer ou morrer".

A partir dos anos 20 deste século, os hinos cívicos da nação brasileira começaram a ser cultuados nas escolas, embora irregularmente e sem continuidade. O nacional, desde então provido de letra estável, e o Hino à Bandeira, de Francisco Braga, de notas simpáticas e afetuosas, o da República, de Leopoldo Miguez, com letra de grande amplitude e beleza, e de maior adequação, são também mais sistematicamente ouvidos.

Temos de enfatizar as asserções de Muricy: o Hino da Independência, também só de raro em raro lembrado, ressurgiu sempre, porém, na sua integridade cordialíssima de expressão. Ele é como uma emanção singela e verdadeira daquele povo brasileiro fixado por Debret e Rugendas nas suas aquarelas,

e por Joaquim Manuel da Câmara e Cândido Inácio da Silva, nas suas sempre frescas modinhas.

Tradição sentimental legítima, levada no boleio de uma simples balada do Príncipe-Herói, na qual o brasileiro reencontra sem dificuldades suas raízes, aspirações de um futuro menos adverso, saudades do passado, romanesco e belo.

Por tudo isso aflora-nos à mente o quadro de Bracet. D. Pedro ao piano, altivo e pleno, como a fincar os fundamentos da nação. Duas jovens acompanhantes entoam os versos da canção, ecos dos aplausos universais, anseios realizados. Com ademanos de Sinhá do Império, outra Rosa d'Espanha deste hibernal friul, onduleia o leque, bálsamo e refrigério, requebro dolente, dos trópicos libertos. Um brigadeiro, quiçá Jordão, um civil, talvez Prado, uma senhora

entrada em anos, o pretérito a sorrir para o futuro.

Por último, duas referências a respeito das Variações, ou seja, a Grande Fantasia Triunfal, do Hino Nacional brasileiro, da lavra de Louis Moreau Gottschalk, filho de Nova Orleans, descendente de creoula, de raízes dominicanas e de inglês de vergôntes hebraicas; jovem prodígio, em Paris, Chopin preconizou-lhe carreira ascendente, vaticínios realizados mercê de composições como *La Bamboula*, *La Savane* e *Le Bananier*, acolhidas em triunfo na Espanha, Havana, Índias Ocidentais, também ao lado da grande Patti. "A Noite dos Trópicos", com introdução pioneira dos órgãos de percussão afro-americanas, saraus pela América do Sul, e em sua terra natal, fazem-no o primeiro pianista da nação do Hemisfério Norte. Obra variegada: "meia-noite em Sevilha",

"a última Esperança", "a Batalha - Grito da Liberdade" (a entoar loas à União na Guerra de Secessão), "O Banjo", "Berceuse", "Souvenir de Porto Rico" prenunciavam as variações de nossa Antífona.

Aqui, no Rio de Janeiro, faleceu em 1869, surto agudo de apendicite, após convívio com Pedro II, aclamado pelo público, legando-nos a "Fantasia", ponto alto de nosso relicário cívico-melódico, variações do Hino Maior, labor de virtuosidade do teclado; Guiomar Novais tornou-o peça essencial de seu repertório e o disco vai integrar coleções distintas de discotecas exponenciais.

Com estas simples palavras rememorem-se com unção os autores de nossas melodias cívicas. Que suas obras sejam exaltadas! Que seus acordes sejam sempre ouvidos pelas gerações que hão de vir!

Centenário do Serviço Sanitário de São Paulo

Dr. José Antonio Alves dos Santos

Dentro de aproximadamente um ano, ou mais precisamente no dia 30 de janeiro de 1984, nossa organização sanitária completará cem anos de existência!

Naquela data, no ano de 1884, era nomeado, em caráter interino, o primeiro Inspetor de Higiene Pública da Província de São Paulo — o Dr. Marcos de Oliveira Arruda, cuja atuação à frente da Repartição de Higiene se pautou sempre pelo mais elevado espírito público. Cumpre ressaltar que, uma vez nomeado, instalou a Inspetoria no seu próprio consultório médico, sito à Rua Direita, 25, tendo ainda "400 réis" de selos para ser nomeado, *sem vencimentos*, pois o cargo não era remunerado!

O documento de nomeação de Marcos Arruda está assim redigido:

"2ª Secção

O Presidente da Província, em vista do artigo 13 do Decreto n. 7387 de 19 de Janeiro de 1882, nomeia o Dr. Marcos de Oliveira Arruda para servir interinamente o emprego de Inspetor de Higiene Pública, sem vencimentos.

Palacio do Governo da Província de S. Paulo, 30 de Janeiro de 1884.

Barão de Guajará."

O Dr. Marcos Arruda mostrou-se à altura do cargo, que desempenhou com pa-

triotismo e devotamento, de 30/1/1884 a 13/5/1889, data em que foi nomeado para o cargo o Dr. Sérgio Florentino de Paiva Meira.

O Dr. Sérgio Meira foi o último Inspetor Provincial de Higiene e o Primeiro Diretor Geral do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. A 15 de novembro de 1889 teve início a era republicana, tendo sido o ilustre médico confirmado no cargo.

Sobre a atuação de Sérgio Meira, em magistral trabalho publicado no *Boletim da AMB*, de fev./mar, 1971, disse H. Pascale:

"... pressentindo os novos rumos e os novos fins da Medicina e da Higiene em nosso Estado, assinalou a sua profícua atuação (agosto/1889-março/1893) na direção dos negócios da saúde pública, mercê da criação do Instituto Vacinogênico, do Laboratório de Análises Químicas, do Laboratório de Bacteriologia e do Laboratório Farmacêutico. A Sérgio Meira deve ainda São Paulo o haver iniciado a construção do Hospital de Isolamento e do Desinfetório Central.

"O que porém sobreleva referir da sua profícua gestão, é o mérito de haver criado, em outubro de 1891, o Serviço Sanitário do Estado, conferindo, assim, às atividades de saúde pública de então, um cunho especial de organização e um sentido de sistemática à sua técnica administrativa."

A partir de 21 de março de 1893, foi substituído no cargo pelo Dr. Joaquim

José da Silva Pinto Junior, cujo maior mérito, diz ainda Humberto Pascale, "foi dar continuidade às realizações de um programa do qual compartilhara, sem se deixar empolgar pelos impulsos falazes da vaidade humana, preservando, assim, a administração sanitária dos pruridos de injustificadas inovações e dos percalços da descontinuidade administrativa. Seu maior galardão foi, todavia, o de haver promovido a codificação das leis esparsas sobre saúde pública, estabelecendo, assim, as bases para a elaboração do Código Sanitário do Estado, que foi, então, instituído pelo Decreto nº 233, de março de 1894. Tão segura e tão sábia foi a orientação que presidiu à sua elaboração, que suas diretrizes e seus preceitos serviram de paradigma aos códigos que lhe sucederam".

Foi durante a administração Silva Pinto Jr. que surgiu a figura impressionante de Emílio Ribas, esse gigante do sanitário paulista! Nomeado Inspetor Sanitário a 11 de setembro de 1895, em pouco mais de três anos e meio, graças aos seus trabalhos desenvolvidos no interior do Estado, especialmente em Campinas, era elevado ao cargo de Diretor Geral do Serviço Sanitário do Estado, nomeado aos 16 de abril de 1898.

Emílio Ribas dirigiu o Serviço Sanitário com invulgar competência, por 19 anos consecutivos! Foi o pioneiro na luta contra a febre amarela, no Brasil e na América do Sul; devido à invasão da

peste, em Santos, em 1899, impôs-se a instalação de um laboratório para fabricação de soro antipestoso; e surgiu então o Instituto de Butantan, que, no dizer de Vital Brasil, seu primeiro Diretor, "foi criação de Emílio Ribas". Ribas fundou, ainda, a Seção de Proteção à Primeira Infância, a Inspetoria Sanitária Escolar, o Serviço de Profilaxia e Tratamento do Tracoma; remodelou o Desinfetório Central, o Hospital de Isolamento (que hoje ostenta seu nome), o Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas, o Laboratório Farmacêutico, a Seção de Engenharia Sanitária.

No que concerne à tuberculose, lá está Campos do Jordão, cujo desenvolvimento como estância climática se deve à clarividência de Emílio Ribas, coadjuvado, entusiasticamente, por Victor Godinho, seu dedicado companheiro de lutas.

Ao lado de Emílio Ribas, outros ilustres médicos se destacaram, no passado, como Adolfo Lutz, Candido Espinheira, Vital Brasil, Victor Godinho, Clemente Ferreira, Teodoro Baima, Alexandrino Pedroso e tantos outros. Mais tarde, ao longo dos anos, outros higienistas despontaram como estrelas de primeira grandeza no sanitário paulista: G.H.

de Paula Souza, F. Borges Vieira, Sales Gomes Jr., J.P. Carvalho Lima, Humberto Pascale, P.C. de Azevedo Antunes e tantos outros, já falecidos, que prestaram à saúde pública paulista os mais assinalados serviços!

Cultuemos, pois, com carinho e gratidão, a memória dos grandes pioneiros que, ao longo desses quase cem anos, desbravaram os ásperos caminhos que hoje percorrem os sanitaristas das novas gerações, e cuja laboriosa e fecunda existência merece nosso respeito e nossa sincera admiração!

A nobre evocação dos mestres

Acadêmico Mário Graciotti
da Academia Paulista de Letras

A Associação Paulista de Medicina vem realizando, pela passagem do 70º aniversário da criação da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, uma série de conferências sobre marcantes figuras da Casa de Arnaldo, médicos e professores, que enobreceram a sua profissão e engrandeceram a nossa terra, constituindo-se em verdadeiros exemplos para as novas gerações.

O ilustre prof. Nelson Guimarães Proença, que, com devotamento, dirige os destinos da Associação Paulista de Medicina, tem no diretor de seu Departamento Cultural, dr. Duílio Crispim Farina, elemento de excelente expressividade nos meios científicos e culturais de São Paulo.

Na última quarta-feira, dia 15 do corrente, sob a presidência do prof. Nelson Guimarães Proença, realizou-se a Sessão Solene de Evocação dos Mestres da Casa de Arnaldo, com estudos a cargo de nomes ilustres em nosso mundo médico. Foram homenageados: Arnaldo Vieira de Carvalho pelo prof. João Carvalhal Ribas; Alfonso Bovero pelo prof. Odorico Machado de Souza; 1ª turma da Casa de Arnaldo pelo prof. Carlos da Silva Lacaz; João de Aguiar Pupo pelo prof. Sebastião A. Prado Sampaio; Geraldo Paula Souza pelo prof. Osvaldo P. Forattini e Cecílio J. Carneiro pelo dr. Duílio Crispim Farina.

Das personalidades homenageadas, convivi com duas criaturas de alto nível intelectual e de acentuado Espírito Público: Geraldo Paula Souza e Cecílio J. Carneiro. O primeiro, médico higienista, fundador do Instituto de Higiene de São Paulo, com o auxílio da Fundação Ro-

ckefeller, além de sua intensa e fecunda tarefa no campo do ensino, deu a São Paulo o serviço de cloração das águas, que os paulistanos bebem sem temor algum. Antes de Paula Souza, era endêmica a presença da febre tifóide na Paulicéia, a tal ponto que era chamada de "Febre Paulista".

O redator destas linhas pagou o seu tributo de cidadão paulistano, nato, contraíndo a febre tifóide na sua juventude. Hoje, raríssimo é o caso de febre tifóide, em São Paulo, e isso devemos à clarividência e ao trabalho do saudoso Geraldo de Paula Souza.

De Cecílio J. Carneiro, guardo a mais grata e saudosa lembrança. Autor de vários livros, consegui editar-lhe, pela rede nacional do "Clube do Livro", dois interessantes romances: "Pecado nos Trópicos", em outubro de 1955, e "A Filha das Águas", em outubro de 1967.

Cecílio, se não me engano muito, era médico pediatra. Tendo parentes no Nordeste — não me recorde em que cidade — coube-lhe, como herdeiro, viajar para acerto de inventário, um tio deixara-lhe pequena propriedade, como herança.

— Viajei de ônibus, até por desejo de conhecer a região nordestina, da qual eu me afastara, na infância. O ônibus ia lotado e o dia quente — contou Cecílio. A certa altura do caminho, bem longe, no velho sertão, eram por volta das três horas da tarde, o ônibus fez uma parada, ao pé de uma barraca com refrigerantes e café.

O sacolejar do veículo, o Sol impiedoso, a tarde bem quente, fora providencial o descanso naquele povoado ser-

tanejo. Desci do ônibus e procurei tomar um refrigerante na barraca, ali, perto. Ao aproximar-me do balcão, coberto de lona, vi, no chão, dormindo, duas crianças de tenra idade, talvez, oito ou dez meses, protegidas pela lona que cobria o balcão. À senhora, gordona, que me serviu o refrigerante, perguntei:

— São suas as crianças que estão dormindo com este calor?

— Sim, são minhas, são gêmeas, duas meninas. Tomaram a mamadeira e agora dormem até à noite.

— Mamadeira? Que leite usam aqui? Em pó?

— Leite? — ela exclamou, sorrindo. Não, meu senhor, aqui não há leite. A mamadeira é feita de água, rapadura e um pouco de cachaça...

Calculemos como repercutiram na alma sensível de Cecílio Carneiro, romancista de bom gabarito, as palavras daquela mãe de duas meninas, gêmeas, perdidas na distância do sertão!

É justamente esse Cecílio Carneiro que Duílio Crispim Farina saudou, na Sessão Solene da Associação Paulista de Medicina, à qual, por motivo de força maior, não pude comparecer.

Departamento Cultural:
Presidente: Duílio Crispim Farina

Comissão Executiva:
Guido Arturo Palomba
João Carvalhal Ribas
Maria do Carmo Dias dos Santos Batista
Oswaldo Galotti
Silvio Marone
Walter Belda

peste, em Santos, em 1899, impôs-se a instalação de um laboratório para fabricação de soro antipestoso; e surgiu então o Instituto de Butantan, que, no dizer de Vital Brasil, seu primeiro Diretor, "foi criação de Emílio Ribas". Ribas fundou, ainda, a Seção de Proteção à Primeira Infância, a Inspeção Sanitária Escolar, o Serviço de Profilaxia e Tratamento do Tracoma; remodelou o Desinfetório Central, o Hospital de Isolamento (que hoje ostenta seu nome), o Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas, o Laboratório Farmacêutico, a Seção de Engenharia Sanitária.

No que concerne à tuberculose, lá está Campos do Jordão, cujo desenvolvimento como estância climática se deve à clarividência de Emílio Ribas, coadjuvado, entusiasticamente, por Victor Godinho, seu dedicado companheiro de lutas.

Ao lado de Emílio Ribas, outros ilustres médicos se destacaram, no passado, como Adolfo Lutz, Candido Espinheira, Vital Brasil, Victor Godinho, Clemente Ferreira, Teodoro Baima, Alexandrino Pedroso e tantos outros. Mais tarde, ao longo dos anos, outros higienistas despontaram como estrelas de primeira grandeza no sanitário paulista: G.H.

de Paula Souza, F. Borges Vieira, Sales Gomes Jr., J.P. Carvalho Lima, Humberto Pascale, P.C. de Azevedo Antunes e tantos outros, já falecidos, que prestaram à saúde pública paulista os mais assinalados serviços!

Cultuemos, pois, com carinho e gratidão, a memória dos grandes pioneiros que, ao longo desses quase cem anos, desbravaram os ásperos caminhos que hoje percorrem os sanitários das novas gerações, e cuja laboriosa e fecunda existência merece nosso respeito e nossa sincera admiração!

A nobre evocação dos mestres

Acadêmico Mário Graciotti
da Academia Paulista de Letras

A Associação Paulista de Medicina vem realizando, pela passagem do 70º aniversário da criação da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, uma série de conferências sobre marcantes figuras da Casa de Arnaldo, médicos e professores, que enobreceram a sua profissão e engrandeceram a nossa terra, constituindo-se em verdadeiros exemplos para as novas gerações.

O ilustre prof. Nelson Guimarães Proença, que, com devotamento, dirige os destinos da Associação Paulista de Medicina, tem no diretor de seu Departamento Cultural, dr. Duílio Crispim Farina, elemento de excelente expressividade nos meios científicos e culturais de São Paulo.

Na última quarta-feira, dia 15 do corrente, sob a presidência do prof. Nelson Guimarães Proença, realizou-se a Sessão Solene de Evocação dos Mestres da Casa de Arnaldo, com estudos a cargo de nomes ilustres em nosso mundo médico. Foram homenageados: Arnaldo Vieira de Carvalho pelo prof. João Carvalho Ribas; Alfonso Bovero pelo prof. Odorico Machado de Souza; 1ª turma da Casa de Arnaldo pelo prof. Carlos da Silva Lacaz; João de Aguiar Pupo pelo prof. Sebastião A. Prado Sampaio; Geraldo Paula Souza pelo prof. Osvaldo P. Forattini e Cecílio J. Carneiro pelo dr. Duílio Crispim Farina.

Das personalidades homenageadas, convivi com duas criaturas de alto nível intelectual e de acentuado Espírito Público: Geraldo Paula Souza e Cecílio J. Carneiro. O primeiro, médico higienista, fundador do Instituto de Higiene de São Paulo, com o auxílio da Fundação Ro-

ckefeller, além de sua intensa e fecunda tarefa no campo do ensino, deu a São Paulo o serviço de cloração das águas, que os paulistanos bebem sem temor algum. Antes de Paula Souza, era endêmica a presença da febre tifóide na Paulicéia, a tal ponto que era chamada de "Febre Paulista".

O redator destas linhas pagou o seu tributo de cidadão paulistano, nato, contraindo a febre tifóide na sua juventude. Hoje, raríssimo é o caso de febre tifóide, em São Paulo, e isso devemos à clarividência e ao trabalho do saudoso Geraldo de Paula Souza.

De Cecílio J. Carneiro, guardo a mais grata e saudosa lembrança. Autor de vários livros, consegui editar-lhe, pela rede nacional do "Clube do Livro", dois interessantes romances: "Pecado nos Trópicos", em outubro de 1955, e "A Filha das Águas", em outubro de 1967.

Cecílio, se não me engano muito, era médico pediatra. Tendo parentes no Nordeste — não me recordo em que cidade — coube-lhe, como herdeiro, viajar para acerto de inventário, um tio deixara-lhe pequena propriedade, como herança.

— Viajei de ônibus, até por desejo de conhecer a região nordestina, da qual eu me afastara, na infância. O ônibus ia lotado e o dia quente — contou Cecílio. A certa altura do caminho, bem longe, no velho sertão, eram por volta das três horas da tarde, o ônibus fez uma parada, ao pé de uma barraca com refrigerantes e café.

O sacolejar do veículo, o Sol impiedoso, a tarde bem quente, fora providencial o descanso naquele povoado ser-

tanejo. Desci do ônibus e procurei tomar um refrigerante na barraca, ali, perto. Ao aproximar-me do balcão, coberto de lona, vi, no chão, dormindo, duas crianças de tenra idade, talvez, oito ou dez meses, protegidas pela lona que cobria o balcão. À senhora, gordona, que me serviu o refrigerante, perguntei:

— São suas as crianças que estão dormindo com este calor?

— Sim, são minhas, são gêmeas, duas meninas. Tomaram a mamadeira e agora dormem até à noite.

— Mamadeira? Que leite usam aqui? Em pó?

— Leite? — ela exclamou, sorrindo. Não, meu senhor, aqui não há leite. A mamadeira é feita de água, rapadura e um pouco de cachaça...

Calculemos como repercutiram na alma sensível de Cecílio Carneiro, romancista de bom gabarito, as palavras daquela mãe de duas meninas, gêmeas, perdidas na distância do sertão!

É justamente esse Cecílio Carneiro que Duílio Crispim Farina saudou, na Sessão Solene da Associação Paulista de Medicina, à qual, por motivo de força maior, não pude comparecer.

Departamento Cultural:
Presidente: Duílio Crispim Farina

Comissão Executiva:
Guido Arturo Palomba
João Carvalho Ribas
Maria do Carmo Dias dos Santos Batista
Oswaldo Galotti
Silvio Marone
Walter Belda